

**RELATÓRIO INTEGRADO
DE GESTÃO**

**EXERCÍCIO DE 2020
CRECI 15ª REGIÃO - CEARÁ**

Fortaleza, fevereiro de 2021.

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO

Fortaleza, fevereiro de 2021.

SUMÁRIO

Discriminação	Pg.
TABELAS E FIGURAS.....	4
1 - MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
2 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	8
2.1. Missão, e visão da gestão.....	8
2.2. Principais dirigentes.....	10
2.3. Ambiente externo.....	11
2.4. Modelo de negócios.....	12
3 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	13
3.1. Principais objetivos estratégicos, com prioridades estratégicas ...	14
3.2. Principais objetivos, com prioridades estratégicas de gestão.....	14
3.3. Descrição da estrutura de governança.....	15
3.4. Principais canais de comunicação com a sociedade.....	16
3.5. Estruturas de governança e processos para a tomada de decisão...	16
3.6. Órgãos colegiados existentes.....	16
3.7. Atuação da unidade de auditoria interna.....	17
3.8. Informação sobre a empresa de auditoria independente.....	17
3.9. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	17
3.10. Medidas para apurar responsabilidade por danos ao erário.....	17
4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	17
5 - RESULTADOS DA GESTÃO	19
5.1. Coordenadoria de Fiscalização.....	19
5.2. Coordenadoria de Secretaria.....	22
5.3. Coordenadoria de Cobrança.....	23
5.4. Coordenadoria Contábil e Financeira	25
5.5. Coordenadoria de Recursos Humanos.....	27
5.6. Coordenadoria de Tecnologia da Informação.....	30
5.7. Coordenadoria de Educação Continuada.....	30
5.8. Assessoria Jurídica.....	33
5.9. Assessoria de Comunicação e Marketing.....	46
5.10. Assessoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal.....	50
5.11. Ouvidoria	52
5.12. Gabinete da Presidência.....	54
5.13. Comissão Permanente de Licitação.....	55
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.....	57

TABELAS E FIGURAS

Discriminação	Pg.
FIGURAS	
Figura 1 - Visão, missão e valores	8
Figura 2 - Estrutura organizacional.....	9
Figuras 3 e 4 - Principais dirigentes	10
Figura 5 - Estrutura de governança.....	15
Figura 6 - Assessoria Jurídica - Comparativo de desempenho.....	46
Figura 7 - Ouvidoria - Comparativo de desempenho.....	54
TABELAS	
Tabela 1 - Municípios visitados pelo CRECI Itinerante.....	20
Tabela 2 - Municípios visitados pela Fiscalização.....	20
Tabela 3, 4 e 5 - Mapas da Fiscalização	21
Tabela 6 - Dados da Coordenadoria de Secretaria	22
Tabela 7 - Comparativo da receita e da despesa	23
Tabela 8 - Comparativo de cobrança de 2019 e 2020.....	24
Tabela 9 - Dados da Coordenadoria de Cobrança.....	25
Tabela 10 - Atividades da Coordenadoria de Cobrança.....	25
Tabela 11 - Atividades da Coordenadoria Contábil-Financeira.....	26
Tabela 12 - Dados mensais da receita e da despesa.....	27
Tabela 13 - Qualificação da força de trabalho	27
Tabela 14 - Distribuição de servidores por faixa etária.....	28
Tabela 15 - Quantidade de servidores por nível de escolaridade	28
Tabela 16 - Tabela salarial vigente	29
Tabela 17 - Atividades da Coordenadoria de TI.....	30
Tabela 18 - Número de palestras ministradas.....	30
Tabela 19 - Relação de palestras e palestrantes.....	31
Tabela 20 - Atividades da Assessoria de Comunicação e Marketing.....	49
Tabela 21 - Demonstrativo de receitas.....	51
Tabelas 22 e 23 - Atividades da Ouvidoria.....	53
Tabela 24 - Comissão Permanente de Licitação – Contratos firmados.....	56
Tabela 25 - Quantitativo de licitações.....	57

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A gestão do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 15ª Região – Ceará, apesar de todos os percalços decorrentes do aporte da COVID 19 no Brasil, no ano de 2020, procurou adaptar-se à nova ordem econômica e social vigente no País e ajustou a sua linha executiva para a superação das dificuldades encontradas de forma a alcançar os objetivos e as metas previstas no Plano de Ação.

Nesse sentido, adotou uma política de atuação que buscou contemplar as medidas sanitárias e profiláticas estabelecidas pelas autoridades da área da saúde, com a finalidade de proteger o quadro de colaboradores e o público em atendimento, ao mesmo tempo em que adaptou os procedimentos operacionais para o cumprimento das atividades finalísticas, sem perder de vista as premissas da eficiência, da eficácia e da efetividade.

No que diz respeito ao quadro de pessoal, procedeu-se ao encerramento total de expediente no auge da pandemia, no período de 19 a 31 de março, à concessão de férias coletivas, de 1º a 17 de abril, à redução da jornada de trabalho para 4 horas diárias, entre 20 de abril e 5 de junho e à concessão de férias para os servidores com período já adquirido. Essas medidas, entretanto, não interromperam o fluxo de serviços prestados uma vez que foi implantado o chamado *home-office* para alguns colaboradores, sem prejuízo da clientela atendida. A normalidade da carga-horária, com expediente de 8 horas diárias, retornou e passou a vigor a partir de 8 de junho de 2020.

No que se refere às ações executivas, após os períodos acima referidos, foram empreendidos esforços para recuperar o tempo perdido mediante o incremento de atividades que ensejassem o alcance de objetivos e metas pré-estabelecidas.

A resumir tudo o que realizado em 2020, são enfatizadas, a seguir, algumas ações que poderão demonstrar o trabalho desenvolvido pela entidade no período considerado por este relatório.

Assim sendo, é válido destacar a consolidação de uma política direcionada para a adimplência da anuidade e para a negociação e resgate da dívida ativa, visto que os valores financeiros daí advindos constituem a base de financiamento de todas as ações da entidade, em especial aquelas referentes à fiscalização do exercício profissional. Os quantitativos obtidos com as medidas adotadas, tanto administrativas quanto judiciais, demonstraram que o CRECI/CE agiu de forma correta para o cumprimento dessa obrigação por parte da categoria, a considerar que foram apresentadas condições factíveis de negociação de débitos, em obediência, sempre,

aos preceitos legais, de tal sorte que corretores e imobiliárias superassem a inadimplência com a autarquia.

Muito embora o cenário do ano passado tenha sido de visível dificuldade para as entidades responsáveis pela fiscalização de categorias profissionais, principalmente no que tange à aferição de receita, vale observar ter o CRECI/CE agido preventivamente porquanto já havia desenvolvido, em 2019, uma metodologia própria relativa à arrecadação, a tomar como referência experiências positivas implantadas por outros Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis. Dessa forma, obteve um incremento de arrecadação, em 2020, da ordem de 0,6% em relação ao ano de 2019, percentual que, à primeira vista, pode parecer irrisório, mas, diante de todas as adversidades, é considerado um excelente desempenho. Alia-se aos aspectos positivos da cobrança a consciência dos profissionais da corretagem, os quais têm a convicção de que a boa saúde financeira da entidade e a adequada alocação e dispêndio produtivo de recursos por uma gestão comprometida e responsável são medidas capazes de favorecer o mercado imobiliário, a categoria e a sociedade. Acrescente-se a esses parâmetros a redução de despesas operacionais em 8,27% em relação ao ano passado, sem perder de vista o cumprimento dos objetivos institucionais e a boa qualidade dos serviços prestados aos corretores e às imobiliárias.

Outros números a merecerem uma reflexão tratam do total de novos corretores inscritos na entidade, a totalizar 789, o que representa o percentual de 19,13 % a maior do que o número de inscritos no ano de 2019. Sobre esse fenômeno, recai a hipótese de estar o mercado de compra, venda e aluguel de imóveis no início de um processo de recuperação, uma vez que a demanda para o exercício da profissão de Corretor de Imóveis denota que um expressivo número de pessoas acredita que encontrará ocupação e renda nas transações imobiliárias. Reforça este ponto de vista a política de baixos juros adotada pelo atual governo, até então nunca adotada, e as linhas de crédito praticadas pelos bancos públicos e privados, a ensejarem financiamentos e prazos mais acessíveis e condizentes com o poder de compra da população. De outra parte, a oferta de novos imóveis por parte das construtoras está a aquecer o mercado, a proporcionar um leque mais variado de produtos, com preços, tamanhos, localização, padrões de qualidade e outros requisitos compatíveis com o desejo e a capacidade de compra da clientela.

De igual modo, foi verificada uma elevação de 24% do número de inscrição de pessoas jurídicas, a denotar a percepção de que a abertura da própria empresa, pelo Corretor, é uma vantagem competitiva porquanto projeta uma imagem mais favorável ao profissional, visto que a atuação dele está ancorada em uma pessoa

jurídica, a induzi-lo a incorporar uma mentalidade de empreendedorismo empresarial, além de reduzir a tributação.

Quanto às atividades desenvolvidas ao longo de 2020, muito embora estejam detalhadas ao longo deste documento, é importante salientar o desempenho da Coordenadoria de Fiscalização que obteve um crescimento de 10,87% de notificações de exercício ilegal em relação ao ano anterior. Ressalte-se, também, a implantação do programa CRECI Itinerante que visitou os municípios interioranos de Camocim, Granja, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Sobral, Russas, Limoeiro do Norte, Aracati, Fortim, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Porteiras, Brejo Santo, Missão Velha, Mauriti, Milagres, Caririçu, Várzea Alegre e Iguatu, nos quais prestou serviços administrativos e financeiros à categoria, além de esclarecer à sociedade sobre a importância de somente realizar transações imobiliárias com um profissional Corretor de Imóveis.

Por outro lado, é relevante destacar a inauguração da TV CRECI Ceará, veículo de comunicação social cujas atividades foram iniciadas em 2020 e que passou a divulgar as ações da entidade com uma programação eclética, da qual constaram entrevistas, reportagens, *lives*, cobertura jornalística de eventos, gravações diversas e demais ações relacionadas com o mercado imobiliário e com os profissionais de corretagem.

Na área administrativa, foi atualizado e implantado o Plano de Cargos e Salários e elaborada uma nova estrutura organizacional, medidas que ensejaram, respectivamente, maior integração e motivação para o quadro de pessoal e maior agilidade no trâmite de processos e definição mais precisa de atribuições e responsabilidades. Outra medida adotada foi a atualização do organograma, com a criação da Assessoria de Contratos, da Assessoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal e da Comissão Permanente de Licitação, que ensejaram maior flexibilidade de ação e apoio jurídico mais consistente às atividades desenvolvidas.

Por fim, é relevante enfatizar a continuidade de um modelo de gestão que buscou, de maneira constante, praticar o conceito de produtividade, ou seja, fazer sempre mais com cada vez menos insumos.

O presente Relatório de Gestão apresenta as atividades levadas a termo pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15ª Região – Ceará, no ano de 2020, em prol da categoria e em defesa da sociedade.

Tibério Vitoriano Benevides de Magalhães
Presidente

2. VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Missão e visão da gestão

A atual diretoria, desde que assumiu a gestão do CRECI/CE, em janeiro de 2019, reformulou as premissas básicas de funcionamento da entidade e introduziu fundamentos operacionais condizentes com a nova realidade do mercado imobiliário.

Dessa forma, estabeleceu preceitos mais atualizados e pertinentes com as atividades a serem realizadas, conforme descritos no quadro a seguir, cuja finalidade foi nortear a ação da entidade e a atuação profissional de dirigentes e de colaboradores em consonância com uma nova filosofia de trabalho.

Dessa maneira, foram desenvolvidas novas premissas, aqui expostas e consolidadas na Missão, Visão e Valores, a partir das quais houve o envolvimento de todos no cumprimento das atividades cotidianas, a proporcionar um clima organizacional capaz de contribuir para a realização das tarefas com eficiência, eficácia e efetividade com vistas ao alcance dos objetivos e das metas fixadas no Plano de Ação.

Para efeito de uma maior compreensão expõem-se, a seguir, os princípios básicos da Missão, da Visão e dos Valores, os quais expressam as expectativas de atual gestão.

Figura 1

<p>Missão</p> <p>Fiscalizar o exercício profissional, com vistas a coibir a ilegalidade, a zelar pela preservação do bom conceito daqueles que trabalham legalmente e a disseminar o cumprimento do código de ética no seio da categoria, visando a oferecer à sociedade Corretores de Imóveis qualificados e empresas eficientes.</p>	<p>Visão</p> <p>Buscar o aprimoramento institucional, mediante a implantação de um contínuo processo de inovação administrativa e de capacitação do quadro funcional, com a finalidade de proporcionar aos profissionais da corretagem de imóveis e à sociedade serviços de elevada qualidade.</p>
<p>Valores</p> <p>Os dirigentes e o corpo funcional da instituição deverão fazer valer, sempre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • um excelente atendimento ao Corretor de Imóveis; • a estrita obediência aos princípios da ética e da moral; • a honestidade de propósitos no desenvolvimento das atividades; • a clareza e a sinceridade de comportamento com o público; • uma exemplar conduta profissional; • a melhoria constante das atividades profissionais, • um permanente bom humor 	

Estrutura organizacional

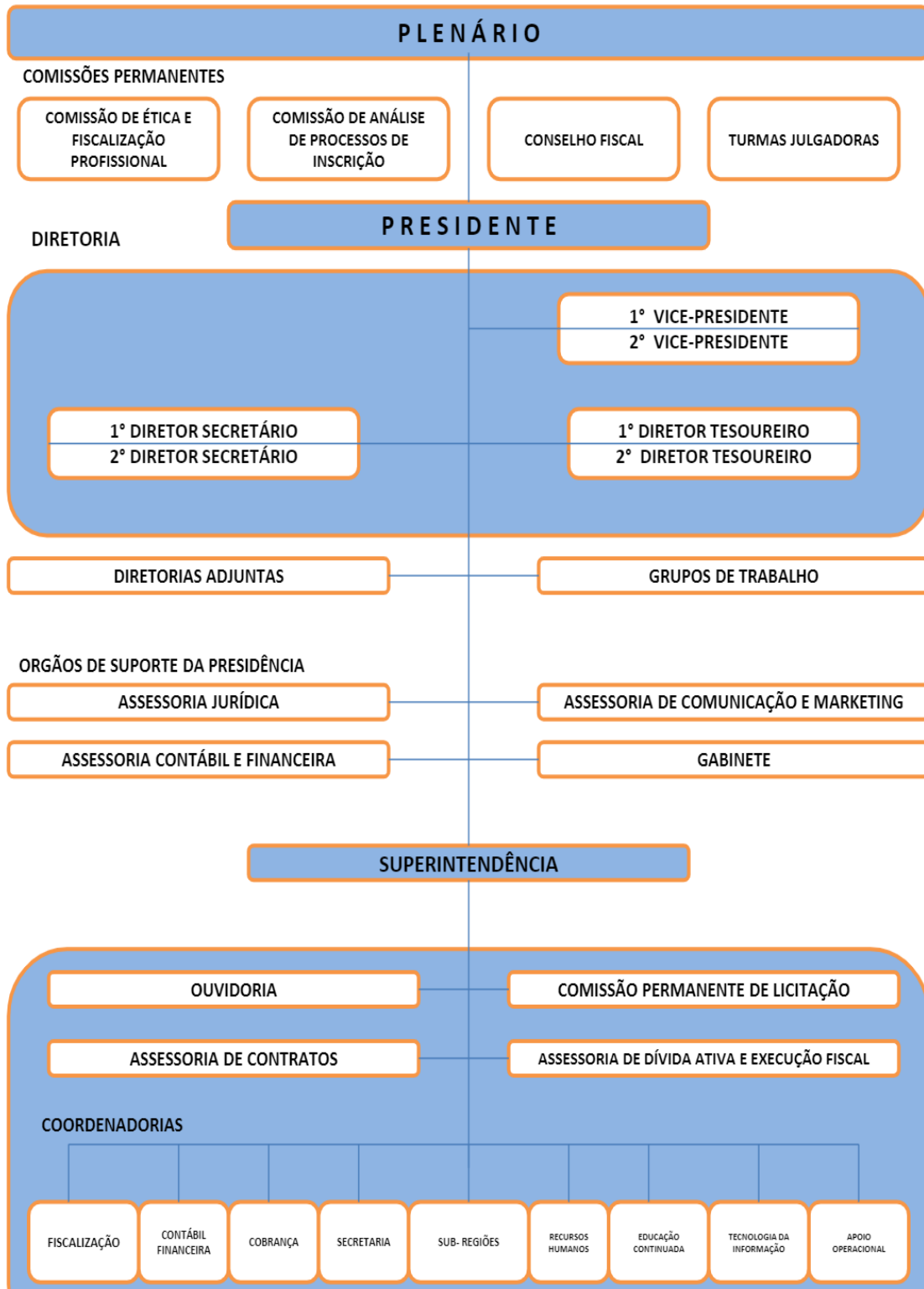


Figura 2

2.2. Principais dirigentes



PRESIDENTE - Tibério Vitoriano Benevides de Magalhães
PERFIL - Graduado em História, empresário, Corretor de Imóveis.



1º VICE-PRESIDENTE
 Carlos Rodrigo Mota da Costa
PERFIL- Advogado, empresário, Professor, Corretor de Imóveis.



2º VICE-PRESIDENTE
 Márcia Maria Vieira de Sá
PERFIL- Advogada, Tecnóloga em Negócios Imobiliários, Empresária, Corretora de Imóveis.



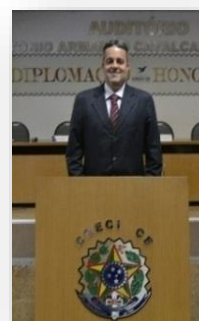
1º DIRETORA-SECRETÁRIA
 Silvana Maria Falcão Mourão
PERFIL - Advogada, empresária, corretora de imóveis.



2º DIRETOR SECRETÁRIO
 Sávio Malveira Barreira
PERFIL- Empresário, Corretor de Imóveis.



1º DIRETOR-TESOUREIRO
 Asael Ferreira da Costa –
PERFIL- Advogado, pós-graduado em direito imobiliário, Empresário, Corretor de Imóveis.



2º DIRETOR-TESOUREIRO
 André Aguiar Maia
PERFIL - Empresário, Corretor de Imóveis.

CONSELHEIROS FEDERAIS	
 <p>CONSELHEIRO Ayrton Martins Júnior PERFIL- Empresário, Corretor de Imóveis.</p>	 <p>CONSELHEIRO Antonio Sergio Porto Sampaio PERFIL - Administrador, empresário, Corretor de Imóveis.</p>
 <p>SUPLENTE Jerônimo Leite da Nóbrega Neto PERFIL- Tecnólogo em Gestão Imobiliária, Corretor de Imóveis.</p>	 <p>SUPLENTE José Maria Cavalcante Lima PERFIL - Empresário, Corretor de Imóveis.</p>

Figuras 3 e 4

2.3. Ambiente externo

Em 2020, o advento da peste chinesa, denominada Covid-19, acarretou profundas mudanças no comportamento dos seres humanos cujos reflexos ensejaram efeitos nocivos na produção de bens e de serviços, nas transações comerciais, no mercado de trabalho e nas relações entre países, com esse conjunto de fenômenos a afetar, sobremaneira, a economia global e a saúde das pessoas.

O cenário acima descrito causou uma sensação de perplexidade na população mundial que se sentiu insegura quanto à adoção de medidas capazes de superar as dificuldades identificadas, em especial aquelas que se referem às questões inerentes à boa saúde e à retomada da economia.

O quadro caótico decorrente da doença, para o qual as instituições públicas e privadas não estavam devidamente preparadas para enfrentá-lo, tendo em vista a surpreendente velocidade e a substancial intensidade dos problemas, obrigaram os

entes médicos e econômicos a adotar inéditos mecanismos para vencer os obstáculos identificados.

No Brasil, salvo raras exceções, os procedimentos relativos ao enfrentamento da pandemia não foram satisfatórios, a demonstrar que o País e os organismos responsáveis pela área da saúde não estavam preparados para arcar com a intensidade e a abrangência da moléstia. Acresça-se a isso a interferência da justiça em transferir para as gestões estaduais e municipais as ações de planejamento, organização, implantação e execução de medidas capazes de enfrentar, com proficiência, a inédita e complexa situação.

Quanto à economia mundial, a maioria dos países procurou adotar políticas emergenciais com a finalidade de superar as dificuldades encontradas e, para tanto, reestabelecer a ordem existente antes da pandemia e retomar a estabilidade e o crescimento econômico. Nesse sentido, o Brasil desenvolveu políticas públicas com a finalidade de estabilizar a economia e minimizar os efeitos negativos da pandemia, com destaque para o lançamento e a implantação de um auxílio emergencial direcionado para a população mais pobre e mais vulnerável.

No ambiente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará, do ponto de vista da saúde pública, foram implantadas medidas preventivas de acordo com os protocolos indicados pelos órgãos representativos da área, com o cuidado primeiro de preservar a vida e a integridade física dos colaboradores e dos usuários atendidos, sem perder de vista, em momento algum, a prestação de serviços de elevada qualidade.

No que se refere às medidas estratégicas e operacionais, o CRECI/CE deu seguimento ao Plano de Ação previamente elaborado e no qual foram fixados os objetivos, as metas e a metodologia de trabalho necessárias para a consecução das atividades programáticas da instituição. Muito embora tenham sido implantadas medidas administrativas adequadas e ajustes orçamentários pertinentes para o enfrentamento da crise, as circunstâncias não permitiram o cumprimento *in totum* das premissas constantes do Plano de Ação para 2020, o que é perfeitamente compreensível diante da realidade. Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades constituírem, em tese, sentimentos de desânimo e de desesperança, representaram, na verdade, estímulo e motivação para trabalhar de forma produtiva com vistas à superação dos obstáculos, cuja transposição significou que a entidade esteve no caminho certo para servir à categoria e para defender à sociedade.

2.4. Modelo de Negócios

Todas as ações planejadas, inseridas e executadas no chamado “Modelo de Negócios” do CRECI/CE objetivam, de forma essencial, defender a sociedade da ação deletéria de indivíduos que invadem o campo da corretagem sem a habilitação legal e de corretores de imóveis que cometem atos irregulares e aéticos. A fim de coibir essa nefasta atuação, a entidade mantém um operoso trabalho de fiscalização profissional, com uma equipe constituída por 8 (oito) Agentes Ficais, com 6 (seis) deles com atuação em Fortaleza e na Região Metropolitana da capital e 2 (dois) no interior do Estado.

A partir dessa visão organizacional, pode-se afirmar que o Modelo de Negócios atualmente posta em prática pela entidade foi alicerçado em uma política de ajuste das ações de fiscalização, de contenção de gastos, de cobrança responsável de anuidade, de recuperação da dívida ativa e de proposição de um planejamento realista e exequível, desenvolvida e aplicada desde o início da atual gestão, o que tem demonstrado ser de muito acerto porquanto os resultados obtidos no ano que passou, apesar de todos os entraves, indicaram que o ano de 2020 foi produtivo no que refere ao alcance possível dos objetivos e metas institucionais previstos.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido a partir da análise e da avaliação da gestão posta em prática em 2019, uma vez que, desse modo, foi possível acompanhar e controlar as ações levadas a termo, e, com isso, observar os acertos e os erros cometidos ao longo do ano. A medida permitiu ajustar as atividades para fim de fixação de objetivos mais realistas para 2020, dentro de um orçamento compatível com a realização da programação. As atividades levantadas e indicadas no planejamento estratégico contemplaram a linha de atuação a ser seguida pela entidade no ano que passou. Para a confecção do trabalho, foram promovidas reuniões técnicas com as coordenadorias e assessorias que compõem a estrutura organizacional, a partir das quais as informações sobre os programas e projetos foram colhidas, selecionadas e transformadas em objetivos e metas. Importante registrar que, do ponto de vista comunicacional, foi aplicada para a composição do planejamento estratégico a técnica do compartilhamento de informações e da integração entre as equipes, com vistas à fixação de objetivos factíveis e à distribuição de atribuições e responsabilidades entre as unidades. Vale a pena enfatizar, de outra parte, ter sido aplicada, de forma parcial, na feitura do Planejamento Estratégico, a ferramenta SWOT (ou FOFA, em português - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Cabe assinalar, também, a implantação de um processo de acompanhamento das atividades promovidas, mesmo que não tenha sido o ideal e

desejado, mas levado a efeito dentro do possível, visto que a medida foi relevante para servir de instrumento de comparação entre o previsto e o realizado.

O resultado do trabalho está consubstanciado no documento intitulado Plano de Ação, o qual, em 2020, foi contemplado com 43 projetos e 53 metas, todos com a devida justificativa e com o detalhamento das ações a serem executadas, a ensejar o direcionamento das atividades da entidade para o cumprimento das finalidades regimentais.

Em todo o processo é importante destacar a ação efetiva da Diretoria Executiva no desenvolvimento dos trabalhos, a qual, após a devida aprovação do Plano de Ação para 2020 pelos demais Conselheiros, em Sessão Plenária, promoveu a orientação necessária para que o quadro de pessoal cumprisse, de forma pertinente, as diretrizes dela emanadas.

3.1. Principais objetivos estratégicos, com prioridades estratégicas

Como não poderia de ser, o planejamento estratégico despendeu ênfase especial para as ações de fiscalização porquanto é a finalidade precípua da entidade.

Assim sendo, o Plano de Ação estabeleceu objetivos e metas consistentes cujo alcance pretendiam coibir, antes de tudo, o exercício ilegal da profissão. Entretanto, por conta da pandemia e de todos os desdobramentos dela decorrentes, as atividades não foram cumpridas conforme o planejamento, muito embora o desempenho da equipe de fiscalização tenha sido considerado satisfatório.

O mesmo se pode afirmar sobre os procedimentos desenvolvidos pela Secretaria, cuja unidade foi equipada com recursos humanos e materiais capazes de prestar um excelente serviço à categoria. O Plano de Ação fixou objetivos, metas e atribuições específicas para a Coordenadoria de Secretaria, a considerar que a unidade é a “porta de entrada” da instituição e o local no qual o Corretor mantém o contato inicial com as demais unidades do CRECI/Ceará para fins de receber orientação, com vistas à solução de problemas.

3.2. Principais objetivos, com prioridades estratégicas de gestão

Com foco nas ações de intensificação da fiscalização, apesar das dificuldades, no aperfeiçoamento de procedimentos administrativos, na racionalização de processos, na redução de despesas, na cobrança permanente da anuidade e da dívida ativa e no ajuste diário das atividades por conta das circunstâncias causadas pela pandemia, as ações de governança foram focadas no aperfeiçoamento do organograma e na racionalização de funções e processos, de tal sorte a contribuir

para que os objetivos e metas fixados no planejamento fossem alcançados com maior eficiência e menor custo, em total concordância com o conceito de produtividade.

Daí por eu é cabível afirmar terem sido cumpridas as premissas inerentes ao conceito de governança, uma vez que foram aplicados os princípios do adequado planejamento, da permanente supervisão da gestão, do envolvimento das partes interessadas e do monitoramento e controle das atividades.

3.3. Descrição da estrutura de governança

A estrutura do CRECI/Ceará tem como órgão deliberativo o Plenário, constituído pelos conselheiros, e, como órgão administrativo, a Diretoria Executiva, criada para proceder à supervisão, ao acompanhamento e ao controle dos serviços técnicos e especializados indispensáveis aos cumprimentos das atribuições que lhe são inerentes.

A estrutura de governança está exposta no diagrama abaixo.

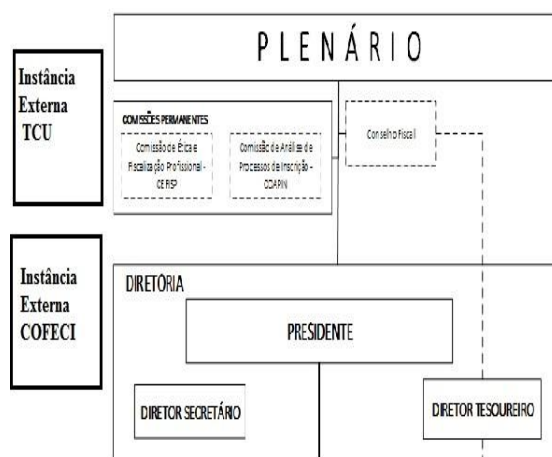


Figura 5

A estrutura de governança compreende, 1 (um) Plenário, como órgão máximo, um Conselho Fiscal, 1 (uma) diretoria executiva, composta por 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes, 2 (dois) Diretores Secretários e 2 (dois) Diretores Tesoureiros.

A definição e o estabelecimento das diretrizes e políticas administrativas e financeiras são da competência dos órgãos citados, a destacar serem todos os seus integrantes Corretores de Imóveis que se dedicam, de forma voluntária, a prestar serviços de excelente qualidade à categoria à qual pertencem. Cabe aos órgãos e às pessoas que os compõem a atribuição de projetar as prioridades a serem alcançadas pela entidade, de estabelecer as regras e os procedimentos necessários para a plena consecução dos objetivos fixados e de acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas e a execução do orçamento.

O fluxo de encaminhamento de processos prevê que a Diretoria Executiva

submeta à consideração do Plenário, geralmente em novembro de cada ano, o Plano de Ação anual da entidade, e ao Conselho Fiscal a prestação das contas efetuadas. Por sua vez, é da competência do Conselho Fiscal examinar o balanço, os balancetes, os relatórios financeiros, as prestações de contas e a respectiva documentação com vistas a manifestar opinião e a emitir parecer sobre os assuntos analisados.

3.4. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Desde o início da atual gestão se buscou estabelecer um intenso e dinâmico processo de comunicação com a finalidade de manter um diálogo permanente com os profissionais registrados, não somente para informar sobre as atividades desenvolvidas pela entidade, mas, também, para fornecer notícias atualizadas sobre o mercado imobiliário.

Nesse sentido, a Coordenadoria de Comunicação e Marketing lançou mão de modernas técnicas comunicacionais, além das mídias tradicionais, cuja simbiose proporcionou ao Corretor a divulgação de notícias de interesse da categoria e capazes de auxiliá-los no exercício profissional. Dessa forma, foram veiculadas diariamente matérias diversas tais como artigos e entrevistas com profissionais do mercado via *whatsapp, facebook, e-mails, twitter, instagram* e ainda o Portal Imobiliário.

É política da atual gestão manter, de forma muito dinâmica, um permanente intercâmbio com os profissionais das transações imobiliárias a fim de estreitar o relacionamento deles com a entidade que os representa e também para sensibilizar a sociedade para conhecer o relevante trabalho executado pelos Corretores de Imóveis.

Duas importantes iniciativas no ano de 2020 foram a instalação da TV CRECI e o lançamento do programa CRECI Itinerante, cujo funcionamento deu início a um valioso intercâmbio de comunicação entre a entidade, a categoria e a sociedade.

3.5. Estruturas de governança e os processos específicos para a tomada de decisão

A fim de permitir o alcance de objetivos e metas fixados no Plano de Ação, foram consolidadas três instâncias distintas na estrutura de governança. A primeira diz respeito à Diretoria Executiva, sob o comando do Presidente, a quem compete definir as linhas mestras de atuação e decidir sobre as ações prioritárias a serem desenvolvidas. A segunda compreende as Comissões de Apoio, integrada por Corretores de Imóveis, eleitos por seus pares ou nomeados pela Diretoria, com a atribuição de assessorar a diretoria executiva e o plenário em assuntos relacionados

às finalidades para as quais existem. E a outra, de caráter operacional, constituído por colaboradores do quadro funcional e responsável pela execução das atividades.

3.6. Órgãos colegiados existentes

O CRECI Ceará conta com um Plenário composto por 27 Conselheiros Titulares e 27 Conselheiros Suplentes e várias Comissões de Apoio, dentre as quais se destacam a Comissão de Ética e Fiscalização Profissional (CEFISP), a Comissão de Análise de Processos de Inscrição (COAPIN) e a Comissão de Atendimento ao Consumidor (CRECICON), além de um Conselho Fiscal. À primeira compete a atribuição de julgar, em primeira instância, os processos de auto de infração, diligenciar, proceder a realização de oitivas, notificar e efetivar os demais atos necessários ao cumprimento das finalidades da Comissão. À COAPIN cabe analisar pedidos de inscrição de pessoas físicas, jurídicas e de estagiários e emitir parecer. E ao CRECICON está incumbida a promoção de audiências de conciliação em relação aos processos originados de denúncias contra pessoas físicas e jurídicas. Todas essas unidades são integradas, de forma obrigatória, por Corretores de Imóveis.

3.7. Atuações da unidade de auditoria interna

Não existe uma unidade de auditoria interna na estrutura organizacional. A propósito: a auditoria interna é feita, em todo o sistema, caso seja necessária, pelo Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI), com o devido assessoramento do Conselho Fiscal do CRECI/Ceará.

3.8. Informação sobre a empresa de auditoria independente

Não houve a necessidade de contratação de auditoria externa.

3.9. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Foi instaurado processo de apuração de ilícito que resultou em demissão de uma servidora.

3.10. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

Inexistiram ocorrências de fenômenos dessa natureza no último exercício.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O ano de 2020 ficará registrado nos anais da história como um período de profundas transformações sociais, econômicas e de saúde pública, a considerar os

efeitos negativos da pandemia do novo Corona vírus que assolou e ainda estarrece o mundo. Os reflexos na população mundial ensejaram fenômenos nocivos na produção de bens e de serviços, nas transações comerciais, no mercado de trabalho e nas relações entre países, com esse conjunto de fenômenos a afetar, sobremaneira, a economia global e a saúde das pessoas

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará – 15ª Região não deixou de ser afetado pelo advento da doença, razão pela qual procurou se adaptar à nova realidade mediante a adoção de medidas que permitiram, dentro do possível, executar as suas atividades.

Assim sendo, estabeleceu uma escala de datas e horários no atendimento ao público, de sorte a resguardar a vida do colaborador e do Corretor, racionalizou os procedimentos administrativos, redefiniu os objetivos e metas, de forma a reajustá-los às novas condições, trabalhou de maneira intensa na cobrança de anuidades e na recuperação da dívida ativa, reprogramou as ações de fiscalização, com vistas a uma perda mínima de produtividade, reduziu as despesas internas, sem deixar de prestar serviços de boa qualidade, enfim, adotou iniciativas práticas e necessárias capazes de permitir o cumprimento de suas finalidades regimentais.

O resultado da gestão, em números, não foi o previsto, como não poderia ser, mas as adversidades ocasionadas pelo vírus chinês, que causou sérios danos a toda uma cadeia produtiva, serviu, também, para alertar às empresas, públicas e privadas, da necessidade de se ter um plano alternativo, ou, pelo menos, uma estrutura racional, dinâmica e flexível, que permitisse enfrentar e vencer fenômenos negativos externos, seja na área da saúde ou da economia

. Diante do cenário que se descortinou no ano de 2020, o CRECI Ceará conseguiu instituir uma política de ação capaz de analisar e vislumbrar os caminhos pelos quais trafegou a economia, ao mesmo tempo em que tomou decisões realistas e coerentes com a projeção da receita e da despesa. Em outras palavras: foi prudente ao estudar as tendências do mercado imobiliário já que existe uma relação direta entre o volume de vendas de imóveis e o pagamento de anuidades, com base nos quais projetou a correta aplicação de recursos, em especial em relação às despesas. Se o mercado imobiliário estiver estável ou em franca ascensão, a receita advinda da anuidade é favorável em termos de valores financeiros, e se, por outro lado, as transações estiverem em queda ou desfavorecidas, a receita tende a diminuir. Este raciocínio, apesar de simplista, é um eficiente termômetro para indicar o rumo da gestão.

Para fins de manter-se em consonância com os objetivos e metas fixados no Plano de Ação, fez-se imprescindível a adoção de um modelo de gestão com

capacidade para executar, acompanhar e controlar as premissas formuladas.

Cabe destacar que as medidas relatadas neste item proporcionaram ao CRECI Ceará uma ação muito efetiva em prol da categoria e da sociedade, muito embora não tenham logrado *in totum* os resultados previstos, mas que podem ser consideradas vitoriosas diante do cenário tenebroso do ano passado, mesmo porque a gestão sempre teve o risco sob o devido controle.

5. RESULTADOS DA GESTÃO

5.1. Coordenadoria de Fiscalização

A Coordenadoria de Fiscalização é integrada por 8 (oito) Agentes Fiscais, um dos quais a exercer a função de Coordenador, com 6 (seis) deles com atuação na Capital e na Região Metropolitana de Fortaleza e 2 (dois) profissionais no interior do Estado, além de um colaborador no apoio administrativo.

Trata-se da unidade que tem a missão de cumprir, de forma direta, a finalidade precípua da entidade porquanto tem o dever de garantir à sociedade a proteção contra pessoas inabilitadas para o adequado exercício profissional. As atividades desenvolvidas pela fiscalização ensejam, também, a obediência às normas técnicas cuja inobservância poderá levar o profissional da corretagem de imóveis a cometer infrações éticas e disciplinares, passíveis de punição. A unidade promove, ainda, uma ação orientadora e educativa no sentido de direcionar a ação do Corretor de Imóveis para exercer a profissão de maneira correta e dentro dos preceitos legais.

A metodologia do trabalho desenvolvida compreendeu operações de campo em que o Agente Fiscal fez uma rota diária referente à apuração de denúncias e à promoção de diligências efetivadas em pontos de vendas, escritórios e demais locais que praticavam atividades inerentes à corretagem imobiliária, na Capital e no interior.

Além disso, a fiscalização empreendeu, de forma competente, uma atuação firme e pioneira mediante a realização de trabalho promovido na sede de pessoas jurídicas não inscritas no CRECI/CE e que executavam algum tipo de atividade relacionada com o mercado imobiliário. É válido destacar que essa modalidade de fiscalização foi possível graças a convênio firmado entre a Junta Comercial do Ceará (JUPEC) e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará cujo escopo previu a disponibilidade de uma relação, por parte da Junta Comercial, de empresas com os CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) aderentes às transações imobiliárias e passíveis, portanto, de fiscalização.

Uma ação inédita posta em prática pela atual gestão e da qual a

Coordenadoria de Fiscalização participou para compor a equipe do programa CRECI Itinerante, juntamente com as Coordenadorias de Secretaria, de Educação Continuada e a Assessoria de Comunicação e Marketing, que tem a incumbência de levar para o interior do Estado os serviços prestados pela entidade.

O programa teve início em setembro de 2020 e cumpriu 3 etapas com o seguinte detalhamento:

SEQUÊNCIA DO PROGRAMA CRECI ITINERANTE	PERÍODO	CIDADES VISITADAS
1º CRECI ITINERANTE	7 a 12/setembro/2020	Camocim, Granja, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Sobral, Acaraú e Sobral
2º CRECI ITINERANTE	19 a 23/outubro/2020	Russas, Limoeiro do Norte, Aracati, Fortim, Beberibe, Cascavel e Pindoretama
3º CRECI ITINERANTE	22 a 27/novembro/2020	Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Porteiras, Brejo Santo, Missão Velha, Mauriti, Milagres, Caririçu, Várzea Alegre e Iguatu

Tabela 1

As demais viagens referentes à fiscalização cumpriram, de maneira rigorosa, as normas sanitárias no que diz respeito à proteção de Fiscais e do público atendido.

As cidades visitadas estão relacionadas na tabela abaixo.

1	Aracati	22	Mulungu
2	Acaraú	23	Nova Russas
3	Aquiraz	24	Novo Oriente
4	Beberibe	25	Pacoti
5	Cascavel	26	Paracuru
6	Camocim	27	Paraipaba
7	Canindé	28	Pindoretama
8	Crateús	29	Quixadá
9	Crato	30	Quixeramobim
10	Cruz	31	São Benedito
11	Fortim	32	São Gonçalo do Amarante
12	Frecheirinha	33	Tauá
13	Guaramiranga	34	Trairi
14	Guaraciaba	35	Tianguá
15	Granja	36	Ubajara
16	Ibiapina	37	Juazeiro do Norte
17	Iguatu	38	Limoeiro do Norte
18	Independência		

Tabela 2

No ambiente interno, a Coordenadoria de Fiscalização executou atividades administrativas, em especial aquelas que disseram respeito ao atendimento presencial e telefônico, ao recebimento e à formalização de denúncias, à formação de processos disciplinares, à análise e despacho de processos de inscrição e de cancelamentos, ao envio de ofícios e de cartas com aviso de recebimento, à elaboração de ordens de serviços de viagens, à emissão de relatórios mensais de produtividade, de relatórios ao COFECI, de relatórios de viagens, além de triagem de autos, trabalhos de investigação dirigidos aos Agentes Fiscais e de Termos de Representação.

O comparativo entre 2019 e 2020 encontra-se apresentado a seguir.

MAPA DA FISCALIZAÇÃO – 2019

Mês	Auto de Constatação	Notificação	Auto de Infração	Ex. Ilegal	Diligências Realizadas	Pontuação Geral
Jan	393	14	100	41	507	1259
Fev	444	20	127	55	591	1591
Mar	370	18	103	21	491	1150
Abr	571	74	139	54	784	1848
Mai	724	148	170	55	1097	2305
Jun	495	92	135	28	722	1565
Jul	684	82	183	50	999	2371
Ago	823	74	108	68	1005	1972
Set	887	42	213	49	1142	2369
Out	570	16	124	59	710	1598
Nov	724	157	100	40	981	1859
Dez	258	16	50	21	324	691
Total	6943	753	1552	541	9353	20578

MAPA DA FISCALIZAÇÃO – 2020

Mês	Auto de Constatação	Notificação	Auto de Infração	Ex. Ilegal	Diligências Realizadas	Pontuação Geral
Jan	543	33	121	49	697	1616
Fev	471	13	105	34	589	1305
Mar	339	18	79	20	436	932
Abr	0	0	0	0	0	0
Mai	414	0	0	0	414	414
Jun	1098	19	30	29	1147	1447
Jul	731	59	127	82	917	1949
Ago	652	40	114	82	806	1820
Set	768	34	113	83	915	1900
Out	487	12	114	73	613	1565
Nov	547	16	95	81	658	1654
Dez	509	10	61	74	580	1338
Total	6.559	254	959	607	7.772	15.940

Ano	AC	NT	AI	Ex. Ilegal	Diligências	Pontuação
2019	6.943	753	1.552	541	9.353	20.578
2020	6.559	254	959	607	7.772	15.940
	- 5,85%	- 196,46%	- 61,83%	+ 10,87%	- 20,34 %	- 29,10%

Tabelas 3, 4 e 5

Uma comparação fria dos números apresentados poderá induzir o analista a supor ter sido inadequada a atuação da equipe de fiscalização, a observar os percentuais negativos acima referidos. Ocorre que deverão ser levados em consideração, no estudo do desempenho, os 90 dias em que a entidade atuou de maneira parcial, ou não atuou, em função da pandemia, a acarretar uma descontinuidade na prestação do serviço e uma reformulação na agenda de visitas e de viagens a Corretores e a imobiliárias. O efeito deletério da moléstia chinesa foi disseminado por todas as atividades econômicas e o mercado imobiliário não constituiu uma exceção. Assim sendo, construtoras não construíram, imobiliárias fecharam as portas, estandes de vendas não funcionaram, corretores não anunciaram, tudo isso e mais outros entraves ocasionaram um ambiente recessivo e de retração de atividades. É natural, portanto, constatar uma diminuição dos quantitativos obtidos pela equipe de fiscalização.

5.2. Coordenadoria de Secretaria

Compreende a unidade responsável por outra função essencial da instituição, isto é o registro profissional, porquanto é o instrumento garantidor da legalidade do exercício da corretagem de imóveis por pessoas físicas e pessoas jurídicas. Além disso, é também encarregada de registrar estagiários, efetivar cancelamentos, transferir matrículas para outros Regionais, organizar a entrega de certezas para profissionais e estagiários e inscrever Corretores no Cadastro Nacional de Avaliadores de Imóveis (CNAI).

Os principais resultados obtidos estão expressos na tabela a seguir.

Descrição	2019	2020	%
Número de registro de estágios	1.116	977	- 14,22
Número de registro de pessoas físicas	638	789	+ 19,13
Número de registro de pessoas jurídicas	87	108	+ 19,44
Número de cancelamento de pessoas físicas	620	572	- 8,39
Número de cancelamento de pessoas jurídicas	38	22	- 72,72
Demais atividades da Coordenadoria	1.821	3.074	+ 40,76
Número de Atendimentos	4.320	5.542	+ 22,04

Tabela 6

A análise dos dados contidos na tabela acima, na qual está configurada a diferença quantitativa e percentual entre os anos de 2019 e 20, denotou um

decréscimo de 14,22% no número de inscrição para estágios, que caiu de 1.116, em 2019, para 977, em 2020, e de 8,39% de cancelamento de pessoas físicas, o qual decaiu de 620, em 2019, para 572, em 2020, a significar pedidos de exclusão do quadro de Corretores de apenas 48 profissionais. Ora, em um ano de extrema dificuldade para todos os entes econômicos, sejam públicos ou privados, os números encontrados são irrisórios a demonstrar que o resultado foi muito satisfatório do ponto de vista da gestão.

Em contrapartida, os demais índices foram positivos visto que se obteve um incremento de 19,13% no registro de pessoas físicas, que passou de 638, em 2019, para 789, em 2020, e de 19,44% de expansão no registro de pessoas jurídicas, cujo quadro evoluiu de 87, em 2019, para 108, em 2020. Ainda nesse diapasão, houve um fenômeno muito interessante já que foi constatado um número maior de cancelamentos de pessoas jurídicas em 2019 do que em 2020, conforme atesta a tabela nº 6.

É também necessário destacar o intenso trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Secretaria em 2020, em relação a 2019, a qual consignou índices expressivos de crescimento nos itens demais atividades e número de atendimentos, respectivamente, com um incremento de 40,76% e de 22,04%.

5.3. Coordenadoria de Cobrança

As ações do início do ano da Coordenadoria de Cobrança foram direcionadas para a divulgação do pagamento da anuidade do exercício pelos profissionais, medida que utilizou o sítio eletrônico da entidade e as redes sociais. Desse modo, foram enviados *whatsapp* e *e-mail* nos quais estavam evidenciadas as diversas formas de pagamento, a ressaltar o desconto para a liquidação antecipada do débito. Utilizou-se uma ferramenta disponível no sistema Conselho.Net, o *e-mail marketing*, que permite o envio de mensagens, em lotes, para todos os corretores e imobiliárias do Estado do Ceará.

Ao mesmo tempo, foi iniciado o acompanhamento e o controle das atividades de cobrança contidas no Plano de Ação para 2020, tarefa que durou os primeiros meses do ano. Porém, em virtude do advento da pandemia da COVID 19, não foi possível dar continuidade a esse tipo de processo nos meses seguintes. Mesmo assim, o ano terminou com dados positivos com relação à receita e à despesa, com um incremento de arrecadação da ordem de 0,6% e uma redução dos custos operacionais de 8,27%.

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA E A DESPESA - 2019/2020

DESCRIÇÃO	ANO 2019	ANO 2020
Receita	R\$ 6.176.514,94	R\$ 6.214.171,56
Despesa	R\$ 5.704.024,88	R\$ 5.268.323,18

Tabela 7

No segundo semestre do ano, foi dado andamento ao processo administrativo fiscal, iniciado com a notificação da dívida ativa, fase que se mostrou muito expressiva em números e que assinalou o produtivo trabalho empreendido pela Coordenadoria de Cobrança, Coordenadoria Contábil-Financeira e Assessoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal, as quais, mediante a realização de um trabalho integrado e participativo, obtiveram resultados consistentes e favoráveis.

Para que se tenha ideia do desempenho do sistema de cobrança, composto pelas três unidades acima citadas, pode-se aferir, em relação às notificações da dívida ativa, que em 2019 foi constatada a existência de 6.079 inadimplentes quanto às anuidades de 2015 a 2018, o que resultou em 738 execuções fiscais. Em 2020, foram identificados e notificados 6.931 inadimplentes, em débito com as anuidades de 2016 a 2019, a resultar em 2.822 execuções fiscais.

Os dados referentes à cobrança em 2019 e 2020 encontram-se abaixo.

COMPARATIVO 2019/ 2020			
DESCRIÇÃO	2019	2020	INCREMENTO
Notificados	6.079	6.931	14,01%
Executados	738	2.822	382,38%

Tabela 8

Em continuidade aos trabalhos, foi criado o arquivo virtual com 7.650 pastas (processo administrativo fiscal), com a inclusão de documentos em PDF e digitalizados, tais como notificação, aviso de recebimento, termo de inscrição de dívida ativa. Além disso, foram alimentados no sistema Conselho.Net as informações de notificados e executados, data de recebimento de AR, inclusão de custas postais, custas judiciais e honorários advocatícios.

Devido à tramitação de processos e negociações constantes, é feita a atualização de débito para penhora e são prestadas informações para a Assessoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal para fins de suspensão e de extinção de processos judiciais.

O atendimento presencial é realizado por todos os colaboradores da Coordenadoria de Cobrança, ocasião em que é repassada ao demandante orientação minuciosa sobre débitos e procedimentos para que ele possa solucionar os problemas e entraves apresentados. Por conta da pandemia e em virtude de medidas sanitárias preventivas implantadas, houve uma sensível diminuição no atendimento presencial, a

proporcionar uma elevação considerável no atendimento telefônico e também por mensagens de *e-mails* e de *whatsapp*, a possibilitar a negociação a distância mediante a assinatura digital do Termo de Confissão de Dívida (TCD).

A tabela seguinte apresenta um comparativo entre 2019 e 2020.

COMPARATIVO 2019/2020			
ATENDIMENTO	ANO 2019	ANO 2020	Índices
Presencial	2.821	1.790	- 36,55%
E-mail	7.270	11.965	+ 64,58%
Whatsapp	0	13.218	+ 100,00%
Negociação	8.459	8.452	- 0,08%

Tabela 9

A tabela torna explícito que existe um aumento de atendimento pelas redes sociais, em detrimento do atendimento presencial, a confirmar o que está informado no parágrafo anterior.

Um procedimento da maior relevância efetuado pela Coordenadoria de Cobrança e pela Coordenadoria Contábil-Financeira foi o levantamento diário de receita e de despesa, com tabelas e gráficos que permitem o acompanhamento instantâneo de relatórios e planilhas com informações relativas à arrecadação e aos gastos, a propiciar uma análise mais apurada e real das ferramentas utilizadas pela cobrança.

Os dados obtidos alimentam, mensalmente, o Portal da Transparência do CRECI Ceará.

A tabela abaixo detalha os trabalhos realizados em 2020 pela Cobrança.

TRABALHOS REALIZADOS EM 2020								
MÊS	ACORDOS REALIZADOS	NOTIFICAÇÃO	ARQUIVO VIRTUAL (PASTAS)	ENVIO DE MENSAGEM EM POR EMAIL	ENVIO DE MENSAGEM POR WHATSAPP	ATENDIMENTO PRESENCIAL	ATENDIMENTO POR EMAIL	ATENDIMENTO POR WHATSAPP
Janeiro	1358					296	3211	3260
Fevereiro	528					183	2525	2583
Março	434					154	1950	2019
Abril	156					28	285	365
Maio	258					26	310	400
Junho	536				6.000	67	425	515
Julho	890				6.000	119	706	816
Agosto	895	6.931		13.000	6.000	161	450	570
Setembro	1.035		7.650	13.000		232	468	597
Outubro	903			13.000		204	575	714
Novembro	813			13.000		173	552	711
Dezembro	646			13.000		147	508	668
Total	8.452	6.931	7.650	65.000	18.000	1.790	11.965	13.218

Tabela 10

5.4. Coordenadoria Contábil- Financeira

Trata-se da unidade que registra, acompanha e controla o aporte de entrada e o fluxo de saída de recursos financeiros, a execução do orçamento, a prestação de contas, trimestral e anual, e a elaboração de balancetes e do balanço.

O acompanhamento e o controle diário de receitas e despesas foram implantados pela atual gestão, a constituir uma valiosa ferramenta de execução orçamentária e financeira visto permitir uma coerente projeção do conjunto de atividades a ser desenvolvido pela entidade, ao longo do exercício.

De forma rotineira, promove diariamente a conciliação de recebimentos no sistema Conselho.Net com o extrato bancário para verificar se existe alguma diferença e, caso haja, corrigi-la de imediato. Da mesma maneira, analisa e confere os recebimentos do cartão de crédito com o extrato bancário.

É cabível ressaltar a positiva integração existente entre as unidades da área financeira do CRECI Ceará, a proporcionar informações, em tempo real, dos recursos arrecadados e despendidos, o que muito tem ajudado a entidade a fortalecer a execução das atividades, em especial aquelas referentes ao ato de fiscalizar.

A produção da unidade está expressa na tabela seguinte.

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Análise financeira de processos de estágio	1.035
Análise de processo de inscrição PF	804
Análise de processo de inscrição PJ	116
Análise de processo de cancelamento	594
Análise de processo de suspensão	130
Protocolos recebidos e respondidos	139
Baixa de créditos tributários cancelados	560
Baixa de créditos tributários prescritos	1.111
Baixa de créditos tributários isentos	30
Baixa de créditos tributários anistiados	76
Envio de cartas de anuência para cartórios	134
Processos digitalizados no exercício	1.403
Conferência de honorários pagos	141
Conferência de recebimentos em duplicidade	7
Conferência de suprimento de fundos	36
Publicações em edital	32
Negociações realizadas	58
Atendimento as reuniões do conselho fiscal	4

Tabela 11

DADOS MENSAIS DA RECEITA E DA DESPESA - 2020

MÊS	RECEITA (R\$)	DESPESA (R\$)
Janeiro	1.285.601,05	580.379,28
Fevereiro	595.042,98	422.869,47
Março	563.328,08	511.834,85
Abril	266.129,42	382.677,00
Maiο	204.293,05	331.904,29
Junho	253.768,70	326.398,20
Julho	357.578,29	350.294,95
Agosto	458.761,64	410.565,09
Setembro	577.763,35	516.328,48
Outubro	572.269,68	489.710,81
Novembro	495.346,13	429.955,06
Dezembro	584.289,19	515.405,70
Total	6.214.171,56	5.268.323,18

Tabela 12

Os dados acima expostos demonstram a existência de uma diferença de R\$ 945.848,38 entre a receita e a despesa relativa ao exercício de 2020, a ratificar, na prática, a execução de uma política financeira a privilegiar o conceito de produtividade, porquanto foram obtidos bons resultados de gestão, com um gasto menor da ordem de 17,95% entre o arrecadado e o aplicado na condução da entidade.

5.5. Coordenadoria de Recursos Humanos

A Coordenadoria de Recursos Humanos gerenciou um quadro composto por 26 servidores efetivos e 1 com contrato suspenso. Desses, 12 exerceram funções de chefia e assessoria. Contou, ainda, com 15 detentores de cargos comissionados, a incluir o assessoramento superior, e 15 com contratos temporários, 13 estagiários, 1 jovem aprendiz e 1 prestador de serviços terceirizado, a totalizar 56 pessoas.

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Força de Trabalho (1.1+1.2)	41	3	3
1.1. Servidores em cargos efetivos	26	0	1

1.2. Cargos em comissão	15	3	2
1.2.1. Assessoramento superior	2	0	0
1.2.2. Funções gratificadas	12	0	2
2. Servidores com contratos temporários	15	11	9
3. Totais (1+2)	56	14	12

Tabela 13

Distribuição de servidores por faixa etária

Tipologias de Cargos	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	14	11	11	5	0
Servidores em cargos efetivos	0	10	11	5	0
Servidores com contratos temporários	14	1	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	7	2	3	2	1
Assessoramento superior	7	2	3	2	1
Funções gratificadas	0	5	6	1	0
3. Totais (1+2)	21	13	14	7	1

Tabela 14

Conforme se observa, a maior parte dos servidores tem até 30 anos, reflexo do número de estagiários no quadro, o que representa 37,50% do total; na sequência, estão as faixas etárias entre 31 a 40 anos e de 41 a 50 anos, a perfazer o percentual de 48,21% do quadro de servidores nestas duas faixas.

Quantidade de servidores por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo					6	31	4		
1.1. Servidores efetivos					4	18	4		
1.2. Servidores com contratos temporários					2	13			
2. Provimento de Cargo em Comissão					4	9		2	
2.1. Assessoramento superior					4	9		2	
2.2. Funções gratificadas					1	9	2		
3. Total (1+2)					10	40	4	2	
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto;									
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;									
3 - Primeiro grau incompleto;									
4 - Primeiro grau;									
5 - Segundo grau ou técnico;									
6 - Superior;									
7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;									
8 - Mestrado;									

9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;
10 - Não Classificada.

Tabela 15

A força de trabalho do CRECI-CE é composta por 71,43% de servidores com ensino superior ou superior incompleto, seguido de 10,72% com cursos de pós-graduação, especialização ou mestrado, e 17,85% de servidores com o ensino médio/técnico. Os índices descritos corroboram e demonstram a adequada qualificação da força de trabalho necessária para o bom desempenho das atividades.

A Tabela Salarial permanece a mesma de 2019 e está estruturada com um percentual de 4%, do menor até o maior valor salário, conforme demonstrado abaixo.

NV-PD	VALOR	NV-PD	VALOR	NV-PD	VALOR	NV-PD	VALOR	NV-PD	VALOR
1	1.301,56	11	1.926,63	21	2.851,88	31	4.221,48	41	6.248,82
2	1.353,62	12	2.003,69	22	2.965,95	32	4.390,34	42	6.498,77
3	1.407,77	13	2.083,84	23	3.084,59	33	4.565,95	43	6.758,72
4	1.464,08	14	2.167,19	24	3.207,98	34	4.748,59	44	7.029,07
5	1.522,64	15	2.253,88	25	3.336,29	35	4.938,53	45	7.310,23
6	1.583,55	16	2.344,04	26	3.469,75	36	5.136,07	46	7.602,64
7	1.646,89	17	2.437,80	27	3.608,54	37	5.341,51	47	7.906,75
8	1.712,76	18	2.535,31	28	3.752,88	38	5.555,18	48	8.223,02
9	1.781,27	19	2.636,72	29	3.902,99	39	5.777,38	49	8.551,94
10	1.852,53	20	2.742,19	30	4.059,11	40	6.008,48	50	8.894,01

Tabela 16

Em 2020, devido à Pandemia, o programa de capacitação e integração do pessoal restou prejudicado. No entanto, alguns servidores participaram de treinamentos, em sua maioria *on-line*, direcionados para a sua área de atuação.

Eventos/Temas tratados

1. Seminário: Aspectos práticos de gestão e finanças públicas na transição de governos
2. Curso: Responsabilização de agentes públicos e privados perante os tribunais de contas
3. Curso: Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: principais aspectos
4. Webinar: Contabilidade gerencial pública: evidências auditáveis de gestão e governança de custos
5. Curso: Obras públicas - Aspectos da licitação e execução
6. Programa Agente de controle 2020: chegando até você de um jeito diferente
7. Curso conhecendo os balanços do setor público

8. curso: Extensão em orçamentos e finanças públicas - planejamento e execução
9. Seminário de direito do trabalho teses trabalhistas e controvérsias normativas no pós-pandemia;
10. Simpósio: Carreiras jurídicas;
11. Curso: Prática previdenciária do requerimento a sentença. de acordo com a Lei 103/2019 e Decretos 10.410 e 10.491 de 2020.
12. Workshop: Direito e gestão de conflitos.

5.6. Coordenadoria de Tecnologia de Informação

É a unidade que elabora, executa, acompanha, controla e avalia todos os procedimentos da área de informática da instituição.

Em 2020, além de proporcionar a manutenção de todos os equipamentos, desenvolveu um trabalho de acompanhamento e orientação das ações relativas às operações computacionais, mediante uma assessoria constante a servidores da entidade.

As ações levadas a efeito pela TI estão resumidas na tabela abaixo.

TIPO DE AÇÃO	QUANT
Atualização de informação do sítio eletrônico	10
CI emitidas	17
Atendimento por e-mail	761
Solicitação de carteiras definitivas ao COFECI	1.827
Impressão de carteiras de estágio para setor de secretaria	411
Outros eventos (seminários, Encontros etc.)	10
Envio para impressão de carteiras de estágios	748
Impressão de certificados PJ	83

Tabela 17

5.7. Coordenadoria de Educação Continuada

Compreende a unidade que tem como atribuição desenvolver atividades de formação e aperfeiçoamento profissionais, com vistas a proporcionar uma melhor qualificação aos Corretores de Imóveis.

No ano que passou, a considerar a impossibilidade de promover eventos presenciais, foram levados a termo as chamadas *lives*, método de ensino que permitiu um número maior de palestras conforme atesta a tabela a seguir.

Ano	Número de palestras	Incremento
2019	31	-
2020	44	29,54%

Tabela 18

Por títulos, palestrantes e datas, segue a tabela do que foi realizado.

TITULO	PALESTRANTE	DATA
Declarações federais para o mercado imobiliário	Francisco Lima	22/1/2020
Avaliação de imóveis com foco em terrenos urbanos	Fernando Queiroz	13/2/2020
Contratos de locação de imóveis	Apolo Scherer Filho	12/2/2020
As duas chaves para turbinar as vendas imobiliárias	Apolo Scherer Filho	19/2/2020
Documentação cartorária	Jordana Sales	19/2/2020
Humor motivando – Potencializando talentos	Henrique Vidal	17/3/2020
Soluções imobiliárias. Como vender mais!	Andreza Moreira	25/3/2020
Qual a fatia do bolo no mercado imobiliário corresponde ao consórcio de imóveis?	José Augusto Felix	18/3/2020
Segredos e mudanças no mercado imobiliário	Eduardo Pereira	11/3/2020
Contratos de locação de imóveis	Apolo Scherer Filho	16/3/2020
Incorporação e desenvolvimento imobiliário	Fernando Bezerra	27/3/2020
Documentação e contratos imobiliários	Apolo Scherer Filho	31/3/2020
Capacita – CCI	X	8/6/2020
Produtividade no mercado imobiliário	Roberto Dias	1/7/2020
Mercado ilegal	Guto Mota	7/7/2020

Fraudes eletrônicas no exercício da função de corretor de imóveis	Cristina Tabosa	8/7/2020
Como vender imóveis econômicos e populares, pós-quarentena?	Araújo Ataick	14/7/2020
Garantias locatícias	André Botelho	15/7/2020
Promessa/Contratos de compra e venda e tributação	Franzé Bardawil	21/7/2020
Os bastidores da corretagem e cases de sucessos	Paulo Oliveira	22/7/2020
Redes Sociais (Instagram e <i>LinkedIn</i>)	João Paulo	28/7/2020
Usucapião extrajudicial – Forma de aquisição originária do direito a propriedade	Almir Lima	29/7/2020
Como vender todo dia com <i>whatsapp</i> business	Janderson Santos	4/8/2020
Lançamento do novo edital de credenciamento CEF para Corretores	Flávia Sá	6/8/2020
O esporte e ações solidárias como sucesso do desenvolvimento profissional	Miguel Nobre	11/8/2020
Foco e produtividade em vendas – Case Alphaville cidade Alpha Ceará	Mozart Farias	18/8/2020
Como mudar seu <i>mindset</i> e multiplicar suas vendas de imóveis	Paulo Angelim	25/8/2020
Financiamento imobiliário, contrato de compra e venda.	Petrus Mendonça	1/9/2020
Expectativas do programa casa verde amarela	Tarcísio	10/9/2020
<i>Compliance</i> imobiliário	Fernando Medeiros	8/9/2020
Escritura publica	Roberta Rolim	15/9/2020
Demanda de novos públicos por moradias horizontais no mercado de médio e alto padrão	Eduardo Pereira	16/9/2020

Contrato de compra e venda	Jordana Sales	22/9/2020
Loteamento urbano: Aspectos práticos	João Henrique	30/9/2020
Fluxograma imobiliário: Funcionários x corretores de imóveis	Francisco Lima	6/10/2020
O contrato de corretagem nas transações imobiliárias	Gilberto Coelho	7/10/2020
Uso dos <i>drones</i> no ramo imobiliário	Rogério Queiroz	13/10/2020
Questões práticas ligadas à locação e venda no período da pandemia	Thales Pontes	14/10/2020
Prática em locação	Márcia Vieira Sá	21/10/2020
O papel dos cartórios no mercado imobiliário	Darlene Braga	22/10/2020
Assessoria imobiliária pré e pós-venda	Erbert Laron	28/10/2020
10 Pontos principais da locação imobiliária	Apolo Scherer Filho	4/11/2020
Imóveis em inventário	Rafaela Ferraro	12/11/2020
Prática na compra e venda de imóveis	Herbert Reis	25/11/2020

Tabela 19

5.8. Assessoria Jurídica

Em 2020, a Assessoria Jurídica emitiu pareceres em processos administrativos e atendeu a demandas diversas oriundas de todas as unidades do Conselho. Além disso,

- esteve presente em reuniões, em audiências de instrução e em sessões de julgamento de processos disciplinares éticos, bem como procedeu à emissão de pareceres, assessoramento às demandas da Comissão e supervisão jurídica na elaboração de despachos e decisões;
- manteve um acompanhamento em diligências de ações de combate ao exercício ilegal da profissão, oitivas de TCO ,BO, audiências etc.;
- participou de licitações, apoiou a elaboração e a supervisão de editais, contratos, aditivos contratuais e convênios.
- emitiu pareceres sobre pedidos de prescrição e anistia de débitos, bem

como de parcelamentos de dívidas originadas de anuidades, assessoria e promoção de conciliações e negociações de débitos em conjunto com a gerência no procedimento de inscrição em dívida ativa de débitos e negociações, relativos às anuidades. Prestou esclarecimentos e consultas e diligências relativas à execução fiscal;

- orientou e assessorou tecnicamente as demais unidades a fim de prevenir demandas judiciais na área de pessoal;
- assessorou o Conselho em processos que tramitaram em fóruns, seções e subseções judiciárias em todo o território nacional, cujos resultados positivos preveniram despesas e colaboraram com a recuperação de parte da receita do Conselho.

Em termos quantitativos, participou de 3 (três) sessões da 1ª Turma Julgadora, num total de 20 (vinte) processos julgados, de reuniões da CEFISP - Comissão de Ética e Fiscalização Profissional, nas quais foram apreciados 10 (dez) processos e 16 (dezesesseis) distribuídos, redigiu e encaminhou 321 (trezentos e vinte e um) ofícios ou notificações, emitiu 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) pareceres (infração, representação, exercício ilegal, demandas institucionais internas e externas) e enviou 20 (vinte) denúncias à Polícia Federal e ao Ministério Público do Ceará e à Polícia Federal.

Os processos instruídos pela Assessoria Jurídica estão relacionados a seguir.

1. Processos em trâmite na Seção Judiciária Federal do Ceará (1ª Instância) - Sistema PJE -

a) Procedimento comum - ação - processo nº 0811117-30.2017.4.05.8100

Localização: 6ª Vara Federal

Autor - Celso Guimarães Siebra

Réus - CRECI E COFECI

Objeto - Alega não ter recebido as notificações expedidas em processo disciplinar. Sustenta a ilegalidade das notificações recebidas por porteiro em prédio em que não mais residia e questiona a pena administrativa que lhe foi aplicada (cancelamento), visa à anulação de todos os atos do Processo Disciplinar nº 3727/13, com retorno ao seu início.

Fase atual - A ação foi julgada procedente pelo Juízo da primeira instância por entender que não é possível afirmar que houve ciência inequívoca do autor quanto à instauração do processo de representação, pois os avisos de recebimento - AR não foram assinados por ele próprio. Foi apresentado recurso de apelação sendo remetidos os autos para o TRF – 5ª. Região em 09/07/2019. A Terceira Turma do TRF

da 5ª. Região em 17/03/2020, por unanimidade, deu provimento a apelação do CRECI-CE e reformou integralmente a decisão de primeiro grau, entendendo que no processo administrativo disciplinar objeto da lide não existe nenhuma nulidade.

b) Ação ordinária – processo nº 0812902-27.2017.4.05.8100

Localização: 1ª Vara Federal

Autora - Sobi Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Réu - CRECI - 15 Região

Objeto - Visa a anular a aplicação da penalidade de multa em processo administrativo disciplinar por facilitação ao exercício ilegal da profissão.

Fase Atual - Ação julgada improcedente na primeira instância. A parte autora apresentou recurso de apelação. Remetidos os autos para o TRF da 5ª. Região em 08/05/2019. A Terceira Turma do TRF da 5ª. Região em 05/11/2020, por unanimidade, deu provimento à apelação para anular a sentença e determinar a devolução dos autos à Vara de Origem para a realização de prova testemunhal pretendida pela autora.

c) Mandado de segurança – processo nº 0816177-81.2017.4.05.8100

Localização - 3ª Vara Federal

Impetrante - Anderson Victor Aguiar Dantas Araújo

Impetrado - CRECI - 15ª Região

Objeto - O impetrante visa quer que lhe seja garantido o exercício da profissão de Técnico em Transações Imobiliárias independente de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Fase Atual - Foi concedida a segurança pelo Juízo “a quo”. Em seguida, foram apresentados Embargos Declaratórios com efeitos infringentes, e o Juiz singular revogou a segurança anteriormente deferida. O impetrante apresentou recurso para o TRF- 5ª. Região. Remetidos os autos em 06/02/2019. A Terceira Turma do TRF da 5ª. Região em 09/05/2019, por unanimidade, negou provimento a apelação do Sr. Anderson Victor. Decisão transitada em julgado em 02/06/2020.

d) Ação ordinária – processo nº 0801383-21.2018.4.05.8100

Localização - 7ª Vara Federal

Autora: Décia Cláudia de Carvalho Melo

Réus - CRECI/CE e COFECI.

Objeto - A autora objetiva seja declarada nula a decisão administrativa emitida no Processo CRECI/CE nº. 5549/2014 e Processo nº. COFECI 1144/2016 que aplicou a suspensão da inscrição por 90 (noventa dias) e a aplicação de multa de 4 (quatro) anuidades pessoa física, o que equivale a R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

Fase Atual - Ação julgada improcedente na primeira instância. A parte autora apresentou recurso de apelação. Remetidos os autos para o TRF da 5ª. Região em 08/05/2019. A Terceira Turma do TRF da 5ª. Região em 02/07/2020, por unanimidade, negou provimento a apelação apresentada pela Sra. Décia Cláudia mantendo incólume a decisão de primeira instância. Foi apresentado recurso especial e protocolamos as contrarrazões em 01/12/2020.

e) Mandado de segurança – processo nº 0803395-08.2018.4.05.8100

Localização - 3ª Vara Federal

Impetrante - Eudálio Cunha Tibúrcio

Impetrado - CRECI 15ª região

Objeto - O impetrante visa lhe seja garantido o exercício da profissão de Técnico em Transações Imobiliárias independentemente de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Fase Atual - Foi denegada a segurança pelo Juízo de Primeiro Grau. O impetrante apresentou recurso para o TRF- 5ª. Região. Remetidos os autos em 14/11/2018. O processo encontra-se concluso para julgamento desde 20/11/2018.

f) Procedimento comum – ação ordinária - processo nº 0809913-14.2018.4.05.8100

Localização - 33ª Vara Federal

Autora - Ana Cláudia Cabral Silveira

Réu - CRECI 15º Região

Objeto - A autora objetiva a declaração de inexigibilidade da dívida das anuidades referente aos exercícios de 2010 e 2011, cobrada através da execução fiscal n. 0010286-20.2014.4.05.8100, alegando a inexistência de fato gerador em razão de não ter exercido a profissão.

Fase Atual - A ação foi julgada improcedente na primeira instância em 15/1/2020. Ação julgada improcedente em 15/01/2020. Decisão transitada em julgado em 16/3/2020

g) Mandado de segurança – processo nº 0817722-55.2018.4.05.8100

Localização - 6ª Vara Federal

Impetrante - Hiran Macedo de Menezes

Impetrado - CRECI 15ª região

Objeto - O impetrante visa lhe ser garantido o exercício da profissão de técnico em Transações Imobiliárias independentemente de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Fase Atual - Foi denegada a segurança pelo Juízo de Primeiro Grau. O impetrante apresentou recurso para o TRF- 5ª. Região. Remetidos os autos em 13/06/2019. O processo encontra-se concluso para julgamento desde 26/08/2019.

h) Mandado de segurança – processo nº 0817725-10.2018.4.05.8100I

Localização - 10ª Vara Federal

Impetrante - Paulo André da Silva Nascimento

Impetrado - CRECI 15ª região

Objeto - O impetrante visa lhe ser garantido o exercício da profissão de Técnico em Transações Imobiliárias independentemente de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Fase atual - Foi denegada a segurança pelo juízo de primeiro grau. O impetrante apresentou recurso para o TRF - 5ª Região. Remetidos os autos em 14/06/2019. A segunda turma do Tribunal Regional Federal da 5ª região, por unanimidade, negou provimento à apelação. Decisão transitada em julgado em 8/6/2020.

i) Mandado de segurança – processo nº 0817726-92.2018.4.05.8100

Localização - 10ª Vara Federal

Impetrante - Roberto Albano Silva Coelho

Impetrado - CRECI 15ª Região

Objeto - O impetrante solicita seja garantido o exercício da profissão de Técnico em Transações Imobiliárias, independentemente de inscrição no CRECI.

Fase atual - Foi denegada a segurança pelo juízo de primeiro grau. O impetrante apresentou recurso para o TRF- 5ª Região. Remetidos os autos em 9/8/2019. A quarta turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação. Decisão transitada em julgado em 4/2/2020.

j) Procedimento comum – ação ordinária - processo nº 0819828-87.2018.4.05.8100

Localização - 5ª Vara Federal

Autora - Sarah Gomes Viana

Réu - CRECI 15ª Região

Objeto - A autora objetiva a declaração de nulidade de multa administrativa que lhe foi aplicada (multa eleitoral).

Fase atual - A ação foi julgada improcedente na primeira instância. A autora apresentou recurso para o TRF- 5ª Região. O processo está concluso para julgamento desde 9/3/2020.

2. Processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais do Estado do Ceará – Sistema Creta

a) Ação declaratória de repetição de indébito – processo nº 0506445-18.2018.4.05.8100

Localização - 13ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Eudálio Cunha Tibúrcio

Réu - CRECI 15ª Região

Objeto - o autor pleiteia que seja declarada judicialmente a falta de subsídio legal para a cobrança das anuidades por parte do CRECI e que lhe sejam devolvidos, com a devida correção monetária, todos os valores pagos no último quinquênio e eventualmente cobrados no curso da ação.

Fase atual – O processo está concluso desde 16/1/2019, já devidamente contestado. Ação julgada extinta sem julgamento de mérito em 29/9/2020. Decisão transitada em julgado em 26/11/2020.

b) Ação indenizatória – processo nº 0523407-19.2018.4.05.8100

Localização - 13ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autores: Maria Tereza Rodrigues de Aguiar e Francisco Carlos da Silva Magalhães

Réu – CRECI 15ª Região

Objeto - Agentes Fiscais do Conselho pretendem indenização de R\$ 30.000,00, por danos morais, alegando terem passado por constrangimentos por responderem a sindicância no ano de 2012.

Fase atual - Processo já contestado e concluso desde 06/11/2018. Ação julgada improcedente em 14/2/2020. Apresentado recurso inominado em 5/3/2020. A primeira turma recursal dos juizados especiais federais do Ceará, em 23/4/2020, por unanimidade, negou provimento ao recurso inominado apresentado pelos autores. Foi ofertado pedido de uniformização para apreciação da TRU – turma nacional de uniformização em 19/6/2020. Em 28/7/2020 foi inadmitido o pedido de uniformização interposto. Decisão transitada em julgado em 30/11/2020.

c) Ação declaratória de repetição de indébito – processo nº 0529002-96.2018.4.05.8100

Localização - 9ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Eudálio Cunha Tibúrcio

Réu - CRECI Ceará

Objeto - O autor pretende que seja declarada judicialmente a falta de subsídio legal para a exigência do pagamento de anuidades nos patamares atuais, alegando inexistir fundamento legal válido perante a Constituição Federal de 1988; requer ainda que sejam devolvidas as diferenças entre os valores eventualmente pagos e os valores exigidos de acordo com a Lei 12514/11.

Fase atual - Processo concluso desde 18/12/2019, já devidamente contestado. Ação julgada improcedente em 4/6/2020. Decisão transitada em julgado em 10/7/2020.

d) Ação declaratória de repetição de indébito – processo nº 0529041-93.2018.4.05.8100

Localização - 20ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Eduardo Emílio Pamplona Leite

Réu – CRECI Ceará

Objeto - O autor pretende que seja declarada judicialmente a falta de subsídio legal para a exigência do pagamento de anuidades nos patamares atuais, alegando inexistir fundamento legal válido perante a Constituição Federal de 1988; requer ainda que sejam devolvidas as diferenças entre os valores eventualmente pagos e os valores exigidos de acordo com a Lei 12514/11.

Fase atual - Processo concluso desde 6/11/2019, já devidamente contestado. Concluso para julgamento desde 6/11/2019.

e) Ação declaratória de repetição de indébito – processo nº 0529043-63.2018.4.05.8100

Localização - 9ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Francisco Evando Barroso de Paiva

Réu – CRECI Ceará

Objeto - O autor pretende que seja declarada judicialmente a falta de subsídio legal para a exigência do pagamento de anuidades nos patamares atuais, alegando inexistir fundamento legal válido perante a Constituição Federal de 1988; requer ainda que sejam devolvidas as diferenças entre os valores eventualmente pagos e os valores exigidos de acordo com a Lei 12514/11.

Fase atual - Processo concluso desde 02/09/2019, já devidamente contestado. Ação julgada improcedente em 4/6/2020.

f) Ação de obrigação de fazer c/c danos morais– processo nº 0510921-65.2019.4.05.8100

Localização - 21ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Rosiane Fontenelle Meireles

Réu - CRECI Ceará

Objeto - A promovente alega que se encontra inadimplente com as anuidades devidas e, por tal razão, foi impedida de acessar as palestras e cursos gratuitos oferecidos pela entidade. Pretende com a presente lide que seja permitido o acesso de todos os corretores de imóveis nos cursos e palestras, independentemente de estarem adimplentes, ou não, e o pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) à demandante inadimplente.

Fase atual - Processo concluso desde 13/6/2019, já devidamente contestado. Ação julgada extinta sem resolução de mérito em 5/6/2020.

g) Ação de obrigação de fazer c/c danos morais– processo nº 0510922-50.2019.4.05.8100

Localização - 13ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Valdemir Ximenes Aragão

Réu – CRECI Ceará

Objeto - O autor alega que se encontra inadimplente com as anuidades devidas e, por tal razão, foi impedido de acessar às palestras e cursos gratuitos oferecidos pela entidade; pretende com a presente lide que seja permitido o acesso de todos os corretores de imóveis nos cursos e palestras, independentemente de estarem adimplentes ou não, e o pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) ao demandante inadimplente.

Fase atual - Processo concluso para julgamento desde 14/8/2019, já devidamente contestado. Ação julgada improcedente em 10/9/2020. Decisão transitada em julgado em 29/9/2020.

h) Ação de obrigação de fazer– processo nº 0520846-51.2020.4.05.8100

Localização - 13ª Vara Federal - Juizado Especial Federal

Autor - Dirceu Mota Prata

Réu - CRECI Ceará

Objeto - O autor alega a ilegalidade da Resolução COFECI nº 675/2000, e pleiteia que lhe seja reconhecida a sua condição de idoso por ter mais de 60 anos e, por via de consequência, seja isentado do pagamento das anuidades devidas.

Fase atual - Ação julgada improcedente em 2/12/2020.

i) Ação declaratória de ilegalidade de cobrança de exação fiscal cumulada com danos morais – processo nº 0529181-59.2020.4.05.8100

Autor - Ronaldo Casimiro Lorenzen Pippi

Réu – CRECI Ceará

Objeto - O autor alega que a anuidade devida ao CRECI-CE deve ser cobrada com base no disposto no artigo 8º da lei nº 12.514/11 e pleiteia a devolução de valores supostamente pagos a maior e reparação de danos morais que diz ter experimentado.

Ação julgada extinta sem julgamento de mérito em 25/11/2020.

3. Processos em trâmite no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (fase recursal):

a) Apelação cível – processo nº 0819828-87.2018.4.05.8100

Localização - 2ª turma - origem - Juízo da 5ª Vara Federal do Ceará

Apelante - Sarah Gomes Viana

Apelado - CRECI 15ª Região

Objeto - A recorrente objetiva a declaração de nulidade de multa administrativa que lhe foi aplicada (multa eleitoral).

Fase atual - A ação foi julgada improcedente na primeira instância. A autora apresentou recurso para o TRF- 5ª Região. O processo está concluso para julgamento desde 9/3/2020.

b) apelação cível – processo nº 0817722-55.2018.4.05.8100

Localização - 4ª turma - Origem - Juízo da 6ª Vara Federal do Ceará

Apelante - Hiran Macedo de Menezes

Apelado – CRECI 15ª Região

Objeto - O recorrente visa a lhe ser garantido o exercício da profissão de Técnico em Transações Imobiliárias, independentemente de inscrição no CRECI.

Fase atual - Concluso para julgamento em 26/8/2019

c) apelação cível – processo nº 0803395-08.2018.4.05.8100

Localização - 3ª turma- origem - Juízo da 3ª Vara Federal do Ceará

Apelante - Eudálio cunha Tibúrcio

Apelado - CRECI 15ª Região

Objeto - O recorrente visa lhe ser garantido o exercício da profissão de Técnico em Transações Imobiliárias independentemente de inscrição no CRECI.

Fase atual - Conclusos para julgamento desde 20/11/2018.

d) apelação cível – processo nº 0801383-21.2018.4.05.8100

Localização - 3ª turma- origem - Juízo da 7ª Vara Federal do Ceará

Apelante - Décia Cláudia de Carvalho Melo

Apelado – CRECI 15ª Região

Objeto - A recorrente a visa anular penalidade imposta por processo administrativo disciplinar.

Fase atual - A terceira turma do TRF da 5ª Região, em 2/7/2020, por unanimidade, negou provimento à apelação apresentada pela Sra. Décia Cláudia mantendo incólume a decisão de primeira instância. Foi apresentado recurso especial e protocoladas as contrarrazões em 1º/12/2020.

4. Processos trabalhistas em trâmite perante as varas trabalhistas do Estado do Ceará.

a) Reclamação trabalhista (reintegração de empregado) processo nº 0000668.02.2010.5.07.0001 L

Localização - 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Dayse Passos Sobral

Reclamado - CRECI 15ª Região

Objeto - A reclamante requereu reintegração, alegando ter sido demitida sem o devido processo administrativo, bem como a condenação do CRECI nos vencimentos e vantagens durante o seu afastamento. A ação foi julgada procedente. A reclamante foi reintegrada e posteriormente pediu demissão. Os valores estabelecidos pelo juízo na sentença de liquidação foram devidamente pagos em 30/11/2016. A reclamante impugnou a sentença de liquidação, tendo sido julgada improcedente a impugnação à liquidação em 4/2/2018. Em seguida, a reclamante apresentou agravo de petição contra a decisão que julgou improcedente a impugnação à liquidação. O agravo de petição não foi acolhido, conforme acórdão datado de 18/07/2019. A reclamante manejou embargos declaratórios e foram apresentadas contrarrazões.

Fase atual - Embargos de declaração não conhecidos em 14/11/2019. Processo arquivado definitivamente em 28/1/2020.

b) Reclamação trabalhista (terceirização) - processo nº 0000964.50.2017.5.07.0010

Localização - 10ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Viviane França Aguiar

Reclamadas - CRECI-15ª Região e I&s Soluções em Serviços de Limpeza Ltda./me.

Objeto - A reclamante (terceirizada) alega a descaracterização de seu contrato de experiência e cobra da I & s o valor de R\$ 11.983,78, e o CRECI, subsidiariamente.

Ação julgada parcialmente procedente, condenando as reclamadas (o CRECI, de forma subsidiária), a pagar verbas no importe de R\$ 1.866,61.

Fase atual - Despacho determinando a penhora contra a primeira reclamada I&s Soluções em Serviços de Limpeza Ltda./me, em 4/4/2019. Foi requerida a despersonalização da personalidade jurídica da empresa I & s. Notificada a sócia da primeira executada em 17/9/2020.

c) Reclamação trabalhista (terceirização) - processo nº 0000835-29.2018.5.07.0004

Localização - 4ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Maria Liliane Pinheiro Agostinho

Reclamadas - CRECI 15ª Região e I&s Soluções em Serviços de Limpeza Ltda./me.

Objeto - A reclamante (terceirizada) alega o não recebimento de verbas rescisórias que teriam sido inadimplidas por sua empregadora, a empresa de terceirização I&s Soluções em Serviços de Limpeza, que mantinha contrato de prestação de serviços de mão de obra com o CRECI-CE por meio de licitação. A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as reclamadas (o CRECI, de forma subsidiária), a pagar as seguintes verbas: aviso prévio; saldo de salário de junho de 2018 (6 dias); férias proporcionais 2017/2018 (11/12), acrescidas de 1/3; 13º salário proporcional 2018

(6/12); multa do art. 477, §8º, da CLT. Tais parcelas deverão ser pagas com base no salário de R\$ 1.365,96, observando-se a necessária dedução do importe de R\$ 606,20.

Fase atual - 3/11/2019 - Recebido o recurso ordinário apresentado pelo CRECI-CE. O recurso ordinário ofertado pelo foi conhecido e não provido em 19/6/2020. Processo encontra-se em fase de liquidação desde 15/7/2020.

d) Reclamação trabalhista (terceirização) - processo nº 0000846-64.2018.5.07.0002

Localização - 2ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Magna Batista Silva

Reclamadas – CRECI 15ª Região e I&s Soluções em Serviços de Limpeza Ltda./me.

Objeto - A reclamante (terceirizada) alega o não recebimento de verbas rescisórias que teriam sido inadimplidas por sua empregadora, a empresa de terceirização I&s Soluções em Serviços de Limpeza, que mantinha contrato de prestação de serviços de mão de obra com o CRECI-CE por licitação. A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as reclamadas (o CRECI, de forma subsidiária), a pagar as seguintes verbas: salário retido relativo a 24 (vinte e quatro) dias no mês junho/18; 13º salário proporcional, na razão de 6/12 (seis doze avos); férias proporcionais, na razão de 11/12 (onze doze avos), acrescidas de um terço; multa do art. 477, da CLT; multa prevista no art. 467 da CLT, no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) das verbas deferidas na sentença, a título de 13º salário proporcional, e de férias proporcionais, acrescidas de um terço; e depósitos do FGTS incidentes sobre os salários pertinentes aos períodos de 1º/08/17 a 7/7/18, bem como sobre 13º salário proporcional, conforme verbas deferidas na sentença, acrescidos tais depósitos de multa de 40% (quarenta por cento).

Fase atual - 7/1/2020 - Recebido o recurso ordinário apresentado pelo CRECI/CE. O recurso ordinário ofertado pelo foi conhecido e não provido em 19/5/2020. Processo encontra-se em fase de liquidação desde 29/6/2020.

e) Reclamação trabalhista (terceirização) - processo nº 0000934-69.2018.5.07.0013

Localização - 13ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Ramissés de Moraes de Alencar Nunes

Reclamadas – CRECI 15ª Região e I&s Soluções em Serviços de Limpeza Ltda./me.

Objeto - O reclamante (terceirizada) alega o não recebimento de verbas rescisórias que teriam sido inadimplidas por sua empregadora, a empresa de terceirização I&s Soluções em Serviços de Limpeza, que mantinha contrato de prestação de serviços de mão de obra com o CRECI/CE, por licitação. A ação foi julgada parcialmente

procedente condenando as reclamadas (o CRECI, de forma subsidiária), a pagar as seguintes verbas: saldo de salário de 6 dias (R\$ 244,20); aviso prévio de 30 dias (R\$ 1.221,00); férias proporcionais 2018 - 4/12 + 1/3 (R\$ 542,66); 13º salário proporcional 6/12 (R\$ 610,50); férias vencidas 2017/2018 + 1/3 (R\$542,66); FGTS não depositado (R\$ 1.367,52); multa de 40% (R\$ 1.136,64); multa do art. 477 da CLT (R\$1.221,00); multa do art. 467 da CLT (R\$ 1.245,42).

Fase atual - 31/5/2019 - Remetido ao TRT da 7ª Região, com recurso ordinário apresentado pelo CRECI/CE. O recurso ordinário ofertado pelo foi conhecido e não provido em 27/2/2020. Processo encontra-se em fase de liquidação desde 29/6/2020.

f) Reclamação trabalhista (verbas e horas extras- cargo comissionado) processo nº 0001081-10.2018.5.07.0009

Localização - 9ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Ronaldo Casimiro Lorenzen Pippi

Reclamado - CRECI 15ª Região

Objeto - O reclamante, que exerceu cargo em comissão no CRECI/CE, pleiteia o pagamento de horas extras. Quem representa o CRECI/CE nesse processo é o Dr. Cláudio Borrego, do CRECI/SP.

Fase atual - Audiência de instrução realizada em 18/10/2019. Conclusos para julgamento desde 4/12/2020. Ação julgada procedente, em parte, em 4/12/2019. Apresentado recurso ordinário em 15/9/2020. No TRT da 7ª Região o processo foi distribuído para o desembargador Tarcísio Lima Verde, em 12/1/2021.

g) Reclamação trabalhista (acúmulo de funções e assédio moral) processo nº 0000950-11.2019.5.07.0038

Localização - 38ª Vara do Trabalho - Sobral

Reclamante - Bruna Alves Farias

Reclamado - CRECI 15ª Região

Objeto - A reclamante alega o acúmulo de funções e ter sofrido assédio moral.

Fase atual - Ação julgada totalmente improcedente em 20/9/2019. Apresentado recurso ordinário pela reclamante. O TRT da 7ª Região, por unanimidade, negou provimento ao recurso apresentado pela reclamante. Acórdão publicado em 21/1/2020. Autos arquivados definitivamente em 21/2/2020.

h) Execução provisória de sentença - processo nº 0000827-66.2020.5.07.0009

Localização - 9ª Vara do Trabalho de Fortaleza

Reclamante - Ronaldo Cassimiro Lorenzen Pippi

Reclamado - CRECI-15ª Região

Objeto - O reclamante executa provisoriamente a sentença parcialmente procedente da reclamação nº 0001081-10.2018.5.07.0009. Quem representa o CRECI-CE no processo é o Dr. Cláudio Borrego, do CRECI/SP.

Fase atual - Concluso para despacho em 28/1/2021.

5) Processo em trâmite perante a Justiça Estadual – TJCE:

a) Procedimento comum – ação ordinária de cobrança – processo nº 0119556-87.2019.8.06.0001.

Localização - 26ª Vara Cível da comarca de Fortaleza

Autora - Seta Imobiliária Ltda./me

Réus - Construtora Colmeia S/A e CRECI 15ª Região

Objeto - O autor cobra da primeira promovida, construtora Colmeia S/A, comissão pela venda de um imóvel e pretende, com relação ao CRECI, que o mesmo deposite nos autos relatório minucioso sobre os fatos ocorridos na audiência de conciliação ocorrida na entidade em 8/3/2019.

Fase atual - Processo já contestado. O juiz excluiu o CRECI/Ceará do polo passivo da demanda, dada a sua ilegitimidade, em 20/3/2020.

6) Processo em trâmite perante o Juizado Especial Cível e Criminal adjunto à Vara Federal da SSJ de Teixeira de Freitas - Bahia

a) ação de indenização – processo nº 1010885-55.2018.4.01.3300

Localização - Juizado Especial Federal de Teixeira de Freitas (Bahia)

Autor - Thyago Fernandes da Silva Vargas

Réu - CRECI 15ª região

Objeto - O autor alega que foi protestado indevidamente uma vez que solicitou a transferência de registro para o Estado da Bahia no ano de 2015, quitando todos os seus débitos perante o CRECI/CE. Requer indenização em valor correspondente a 20 salários mínimos.

Fase atual - Apresentada contestação. Os autos encontram-se conclusos para julgamento desde 9/12/2019. Ação julgada improcedente em 29/4/2020. Arquivado definitivamente em 1º/10/2020.

b) Ação de indenização – processo nº 1003063-06.2019.4.01.4100

Localização - Juizado Especial Federal de Ji Paraná (Rondônia)

Autora - Maria Solange Ferreira Alencar

Réu- CRECI 15ª Região

Objeto - A autora alega que foi protestada indevidamente, uma vez que na data de 28 de novembro de 2013 já não possuía vínculo com o citado órgão e que já teria findado

o seu período de estágio e que ainda não havia prestado juramento como corretora de imóveis. Requer indenização em valor correspondente a R\$ 10.000,00.

Fase atual - apresentada contestação. Os autos encontram-se conclusos para julgamento desde 25/6/2020.

c) Ação de indenização – processo nº 5022752-68.2020.4.04.7100

Localização - Juizado especial Federal de Porto Alegre (Rio Grande do Sul)

Autor - Dagoberto dos Santos

Réu - CRECI 15ª Região

Objeto - O autor alega que foi protestado indevidamente, uma vez que solicitou a transferência para o estado do Rio Grande do Sul, em 6/8/2014. Requer que seja declarada a inexistência de relação jurídica entre o recorrente e o órgão recorrido, após o pedido de cancelamento e entrega das credenciais no dia 6/8/2014, e a condenação do réu ao pagamento não inferior a \$ 10.000,00, a título de danos morais referente à suposta inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito.

Fase atual - apresentada contestação. Os autos encontram-se conclusos para julgamento desde 14/9/2020.

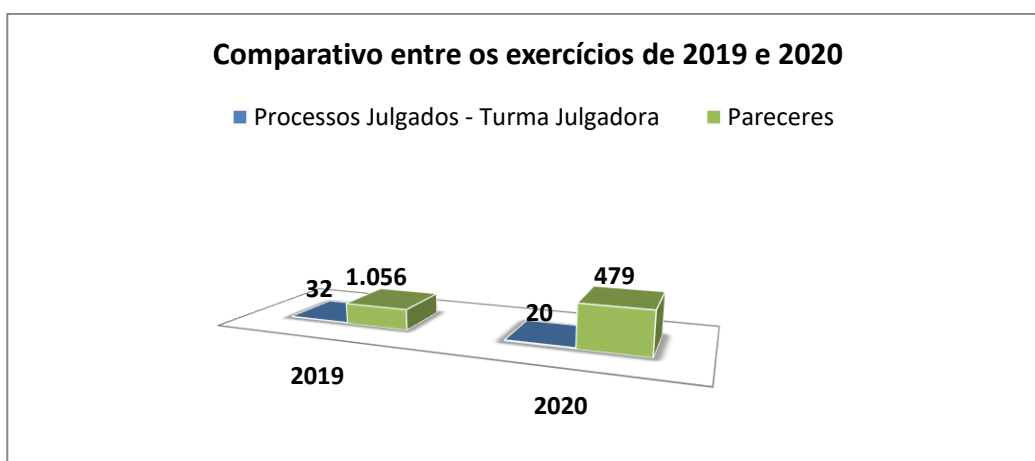


Figura 6

5.9. Assessoria de Comunicação e Marketing

A Assessoria de Comunicação e Marketing, no ano de 2020, mesmo com todos os efeitos negativos da pandemia da COVID 19, não somente cumpriu as metas estabelecidas no Plano de Ação como superou as expectativas, porquanto produziu um quantitativo maior de peças audiovisuais, principalmente no formato *online*, a destacar reportagens, entrevistas com representantes do mercado imobiliário, campanhas de valorização da profissão, para estimular os profissionais do mercado imobiliário, além de vídeos institucionais com o fito de reforçar a máxima de que a

autarquia federal é disciplinadora e fiscalizadora da categoria dos Corretores de Imóveis.

Nesse sentido, as 2.614 ações estratégicas específicas de comunicação, mediante o uso da mídia audiovisual, tiveram como objetivo manter um permanente processo de interação com a categoria e a sociedade de forma a divulgar as atividades promovidas pelo CRECI Ceará e a expor os serviços prestados pela entidade aos profissionais da corretagem, tanto na Capital quanto no interior do Estado.

Merece destaque especial a inauguração do estúdio da TV CRECI Ceará, em Sessão Plenária ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2020. Na ocasião, além da diretoria, estiveram presentes 29 conselheiros da capital e do interior e dirigente de outros conselhos de classes, como do Conselho Regional de Administração, do Conselho Regional de Economia e do Conselho Regional de Contabilidade, bem como conselheiros de outros CRECI, como Pernambuco e Bahia, para prestigiar o segundo estúdio desse tipo do Sistema COFECI/CRECI. No Brasil, somente existe estúdio semelhante no CRECI de São Paulo.

Durante o ano de 2020, foram realizadas 104 gravações, entre entrevistas, quadros fixos, programas e reportagens como meio de intensificar a divulgação das medidas internas e atividades promovidas pelo Conselho e de orientar a população sobre a importância da atuação do Corretor de Imóveis nas transações imobiliárias.

É importante ressaltar que no ano passado houve a criação e exibição de vários programas no *Youtube* e na TV CRECI. Foram eles: 1. Conexões imobiliárias; 2. Entrevistas com Profissionais do Mercado Imobiliário; 3. Sacadas de Comunicação, com dicas relevantes sobre comunicação e marketing para Corretores de Imóveis, apresentado pelos integrantes da equipe de comunicação e convidados; 4. Dicionário do Mercado Imobiliário, em que os apresentadores se revezam, no caso, advogados e Corretores de Imóveis com experiência em direito imobiliário, e, 5. CRECI Ceará Por Você, um bate papo entre conselheiros, diretores, funcionários e colaboradores que explicam a importância dos trabalhos realizados pela entidade, aí compreendidos o Conselho Fiscal, a Turma Julgadora, COAPIN e outras comissões, além dos serviços prestados pelos colaboradores e funcionários, bem como os processos produtivos das diversas assessorias e coordenadorias, como pregões eletrônicos, compras e licitações.

Os programas citados possuem uma estrutura padrão, no formato jornalístico, como vinhetas personalizadas. Todas as produções audiovisuais foram elaboradas pela própria equipe de comunicação do CRECI Ceará, todos profissionais de elevada qualificação na área em que operam.

No mês de abril de 2020, houve *lockdown* no Estado do Ceará e o quadro de colaboradores passou a exercer o trabalho de forma remota. Unidades estratégicas como fiscalização, financeiro, secretaria, ouvidoria e comunicação estabeleceram metas que foram cumpridas por meio das plataformas digitais que o Conselho disponibilizou. Nesse contexto, a endocomunicação e o endomarketing, por meio de vídeos institucionais, buscaram publicizar as ações que estavam sendo realizadas remotamente por todas as unidades citados acima, tendo em vista a importância do capital humano para a instituição, visando a proporcionar o alinhamento da equipe com a valorização dos colaboradores.

A Assessoria de Comunicação e Marketing fez várias coberturas em ambiente externo nos municípios do interior do Estado, principalmente com relação ao programa CRECI Itinerante. A produção e a geração de conteúdo para as redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, plataforma nas quais as produções audiovisuais são disponibilizadas e que, em menos de um ano, já possuem mais de 700 inscritos, permitiram um engajamento cada vez maior de Corretores de Imóveis, como comprova o quadro mais adiante. Observou-se um aumento no número de seguidores e, principalmente, de interações, ou seja, com 631 comentários, 14.406 curtidas, 331 postagens, 278.003 de alcance e 302.358 impressões, cujo total apresentou o expressivo montante de 595.729. Outro resultado que pode ser conferido é o aumento da interação com os seguidores e curtidores das páginas oficiais, a apontar que 215 Corretores buscaram atendimento pelas redes sociais.

O trabalho relativo às atividades de imprensa também fez parte da estratégia de comunicação desenvolvida pela Coordenadoria de Comunicação e Marketing. Em 2020, deu-se continuidade ao trabalho de comunicação corporativa, que acontece de maneira permanente, a fim de desenvolver um bom relacionamento entre as organizações e os veículos de comunicação, como jornais, portais de notícias, emissoras de rádio e televisão. O ato de conquistar a divulgação espontânea e gratuita na mídia está relacionado ao fortalecimento da imagem do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15ª Região - Ceará. Fazer o CRECI virar notícia é tornar a profissão de Corretor de Imóvel cada vez mais reconhecida pela sociedade. A construção desse relacionamento entre a imprensa e o Conselho deu-se por meio de envio de *releases*, *follow-up*, *clipping*, *media training* e outras estratégias de comunicação com os jornalistas. As entrevistas, notas e participação do presidente, da diretoria e de conselheiros em programas jornalísticos de tevê, rádio, jornais impressos e portais de notícias foram contabilizados, como se pode aferir a seguir, e também precificados. A minutagem e os caracteres foram comparados aos valores praticados pelas empresas jornalísticas em formato de propaganda, sejam *spots*,

informes publicitários em jornais impressos ou *online* e comerciais. Em 2020, a quantidade de entrevistas, notas e participação de integrantes do CRECI na imprensa contabilizaram R\$ 431.754,81, valor que teria sido gasto em publicidade, mas que foi economizado devido ao trabalho de assessoria de imprensa.

O resultado obtido demonstra o competente gerenciamento empreendido pela unidade, que pôs em prática o conceito de produtividade, visto constituir um dos preceitos básicos da atual gestão, qual seja, fazer mais, com menos.

A tabela a seguir demonstra a produção da Assessoria de Comunicação.

AÇÕES/PROCEDIMENTOS	2019	2020	%
E-mails enviados (geral)	1.739	1.501	- 15,85
Entrevistas (ao vivo e/ou gravadas), notas e reportagens obtidas nos mais variados veículos de comunicação (rádios, portais, tv e jornais impressos) com diretoria, funcionários e conselheiros como mídia espontânea, em Fortaleza e no interior.	65	75	+ 13,33
Confecção de releases e avisos de pauta enviados à imprensa para sugerir reportagens	38	16	- 137,5
Contatos e atendimentos (presenciais ou por telefone) aos jornalistas (capital e interior)	157	167	+ 5,98
CI e OS Elaboradas	12	14	+ 14,28
Criação de artes gráficas (banners/comunicado/convites/crachás) para comunicação interna e externa	458	517	+ 11,41
Reuniões no CRECI (diretoria, superintendência, reuniões com o assistente, outros setores)	180	139	- 29,49
Eventos externos (reuniões e cobertura fotográfica, saída para compras, assessorar o Presidente em entrevista e reuniões), idas à gráficas e empresas de outros segmentos para cotação de preços	37	21	- 76,19
Coberturas fotográficas internas	114	88	- 29,54
Clipagem das entrevistas concedidas pela diretoria no rádio, no impresso e na TV, incluindo clipagens animadas, com edição e animação de vídeos e clipagem dos eventos do CRECI Ceará	99	77	- 28,57
Envio de e-mail marketing	18	12	- 50,0
Atendimentos e contatos por e-mail, telefone ou presencialmente aos colaboradores da capital e interior, além de diretores, palestrantes, conselheiros, gráfica, empresas de software ou agências, convidados, representantes de órgãos públicos, fontes como economistas.	139	171	+ 18,71
Revisão e criação de textos jornalísticos para solicitações internas de setores	106	85	- 24,7
Ações de criação de campanhas, elaboração de roteiro, gravação, edição de fotos e vídeos, animação e pós-produção de campanhas e vídeos (material institucional e divulgação de eventos)	313	533	+ 41,27

Atendimentos aos corretores no Facebook, e-mail e Instagram	131	215	+ 39,06
Ações de comunicação interna	5	6	+ 16,66
Gravações internas (filmagem de eventos no CRECI, entrevistas com corretores de imóveis, funcionários e/ou convidados)	68	42	- 61,9
Transmissões ao vivo pelo Facebook	1	3	+ 66,66

Tabela 20

5.10. Assessoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal

5.10.1. Ações da dívida ativa

Em razão da pandemia, o Conselho Federal de Corretores de Imóveis emitiu a Resolução nº 1433/2020 cujo escopo determinou, no artigo 5º, que as medidas de cobrança só deveriam ser iniciadas após 5 de junho de 2020.

Assim, a partir dessa data, o CRECI/CE desenvolveu uma metodologia específica de identificação e de cobrança de inadimplentes. Desse modo, procedeu à execução de um levantamento, a tomar como base os dados contidos no sistema Conselho.Net, no qual foi constatada a existência de aproximadamente 7 mil inadimplentes, montante que identificou aqueles que deviam uma ou mais anuidades entre o período de 2016 e 2019. Verificou-se, ainda, estar o cadastro de Corretores desatualizado, situação que muito dificultou o desenvolvimento do processo de notificação para a inscrição em dívida ativa.

A alternativa encontrada para a solução do problema foi a promoção de uma parceria com uma agência dos Correios/Ceará, pela qual foi feito o saneamento de 17 mil cadastros ativos. Dessa forma, a agência atualizou o endereço dos cadastros ativos acima quantificados e, ainda, forneceu o sistema VIP, cedido gratuitamente, que permitiu, de forma automática, a geração em lotes de avisos de recebimento e etiquetas necessários para a notificação de inscrição em dívida ativa.

A considerar, também, o substancial número de inadimplentes e, conseqüentemente, o elevado número de notificações que precisariam ser geradas, foi constatada a necessidade de automatizar o procedimento de notificação e de execução fiscal. Por conta disso, foi mantido contato com o desenvolvedor do sistema Conselho.Net, o qual, por orientação da Assessoria, formatou os relatórios disponíveis de forma a permitir a filtragem e a disponibilização em lotes de todos os documentos pertinentes ao processo administrativo e à execução fiscal. Essa modalidade de automatização ensejou a produção em lotes de 6.931 notificações de inscrição em dívida ativa, e, também em lotes, de todas as etiquetas e avisos de recebimento correspondente, a restar somente a montagem de envelopes e entregá-los aos Correios.

Como resultado dessas notificações e das respectivas inscrições em dívida ativa, foi efetivado um expressivo número de atendimentos, conforme demonstrado pela Coordenadoria de Cobrança, e que resultou, em sua maioria, em negociação de dívidas.

Desse modo, conforme os dados extraídos dos relatórios do sistema Conselho.Net, foram firmados, entre agosto e dezembro de 2020, 3.998 acordos, consubstanciados em Termos de Confissão de Dívida, tanto de forma presencial como de forma eletrônica, a resultar na negociação de R\$ 4.437.903,22 e na recuperação do montante de R\$ 2.057.538,36.

Total de receitas pagas	R\$ 2.057.538,36
Total de receitas vencidas	R\$ 705.293,72
Total de receitas a vencer	R\$ 1.675.071,14
Total de receitas	R\$ 4.437.903,22
Total de negociações	3.998

Tabela 21

Para fins de controle, foi criado um arquivo digital, em servidor próprio, com pastas individuais para cada Corretor. Logo, todos os documentos referente ao Processo Administrativo Fiscal – PAF, quais sejam: notificação, aviso de recebimento, edital de notificação, termo de inscrição de dívida ativa, certidão de inscrição de dívida ativa e termo de confissão de dívida foram salvos e digitalizados de maneira que o histórico financeiro de todos os Corretores, de 2020 em diante, esteja integralmente salvo e organizado em pastas digitais, de fácil acesso e acompanhamento por toda a equipe da Coordenadoria Financeira.

5.10.2. Ações da execução fiscal

No que diz respeito à execução fiscal, tomou-se a deliberação de que aqueles, após devidamente notificados, não quitaram a dívida ou não efetuaram o parcelamento, restou o procedimento judicial de execução fiscal. Após levantamento específico, constatou-se, de início, que o número corresponderia a aproximadamente 3 mil execuções de pessoas físicas e jurídicas.

As execuções fiscais também foram realizadas de forma automática e, em razão do processo judicial correr de modo eletrônico no Estado do Ceará, não houve a necessidade de imprimir qualquer tipo de documento para o ajuizamento de ações.

Novamente, com a ajuda do desenvolvedor do sistema Conselho.Net, foram criados filtros específicos a fim de que os documentos necessários à execução fiscal fossem emitidos em lotes, ou seja, automaticamente, mediante o acionamento

de um comando específico no sistema. Esses documentos foram: petições iniciais e termos de inscrição em dívida ativa e certidões de inscrição em dívida ativa.

A partir daí, foram criadas pastas digitais individuais para cada Corretor, correspondentes ao processo de execução fiscal, a facilitar não somente o protocolo das referidas ações como o devido acompanhamento e registro.

Foram ajuizadas, entre agosto e dezembro do ano passado, 2.822 execuções fiscais, a totalizar um passivo de recuperação, em potencial, da ordem de R\$ 10.890.570,91, a salientar o fato de que desde o início dos procedimentos de resgate de dívida ativa e de execução fiscal foi recuperada a quantia de R\$ 876.663,48, conforme indica o relatório do sistema Conselho.Net.

O custo da operação de notificação foi de R\$ 151.167,43, correspondente ao pagamento de custas judiciais (R\$ 54.463,49), ao pagamento de avisos de recebimento dos Correios (R\$ 95.846,97) e ao pagamento de publicação de notificação por editais no Diário Oficial da União (R\$ 856,97).

É de bom alvitre destacar serem esses custos ressarcidos ao Conselho na medida em que são cobrados de Corretores e se dão da seguinte forma: custas judiciais, de maneira proporcional ao processo de execução de cada corretor; e gastos com aviso de recebimento e editais, mediante a cobrança de custas postais, tabelada pelo COFECI, conforme o artigo 6º da Resolução 1436/2020, no valor único de R\$20,00.

De forma resumida, assinala-se que foram notificados 6.931 inadimplentes e que, desse montante, foram executadas 2.822 pessoas físicas e jurídicas, cujo resultado de arrecadação, até o dia 31/12/2020, foi de R\$ 1.222.469,50, advindos da recuperação de dívida ativa e da diminuição do percentual de inadimplência, que caiu de 53% para 42%, a considerar, apenas, os cadastros ativos.

5.11. Ouvidoria

A palavra Ouvidor, a ser entendida como o profissional responsável por uma Ouvidoria, advém da expressão *Ombudsman*, de origem nórdica, a qual resulta da combinação de *ombuds*, que significa “representante”, “procurador”, com a palavra *man*, o mesmo que “homem”.

As atividades da Ouvidoria do CRECI Ceará tiveram início em 2011 e a unidade sempre procurou pautar a sua atuação em observância aos princípios da transparência, da independência e da autonomia, a fim de que os pareceres e decisões tomados tivessem como base fundamentos legais e em consonância com aspectos éticos e disciplinares que regem a profissão de Corretor de Imóveis.

Fator imprescindível para o funcionamento adequado da Ouvidoria foi a interação constante com as demais unidades da entidade, o que facilitou a rápida resposta às manifestações recebidas, a permitir, assim, o cumprimento de prazos pré-determinados. Outra bandeira colocada em ação, de forma a obter resultados positivos foi a interface viva, dinâmica e atuante entre os integrantes da categoria, os usuários internos, a sociedade e o CRECI/CE na busca de soluções de problemas e de impasses, em todas as áreas.

É importante ressaltar que as manifestações por parte da categoria, independentemente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões por entender-se que a Ouvidoria é uma consultoria espontânea, pois muitos dos serviços prestados pela entidade evoluíram a partir do *feedback* dos usuários externos e internos. A unidade procurou transformar essa pauta em melhoria institucional, tanto técnica quanto ética, no tocante à fiscalização e à normatização do exercício da profissão de Corretor de Imóveis.

O desempenho da Ouvidoria, em 2020, está expresso no quadro a seguir.

PAINEL DE SENHAS E DEMAIS ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA 2020							
MESES	VIA WEB	E-MAIL	PRESENCIAL	TELEFONE	CONCILIAÇÕES	TOTAL	DIAS UTEIS
Janeiro	15	69	53	136	0	273	14
Fevereiro	7	77	64	144	2	314	17
Março	23	27	66	126	0	242	21
Abril	19	89	3	47	0	158	9
Maio	21	108	1	16	0	146	21
Junho	15	141	17	132	2	307	22
Julho	28	108	42	266	0	444	23
Agosto	24	93	68	321	0	506	21
Setembro	21	98	90	331	0	540	22
Outubro	41	92	84	244	6	467	22
Novembro	29	138	78	260	1	506	20
Dezembro	54	152	56	217	2	481	17
TOTAL	297	1192	622	2.240	13	4.364	229

Tabela 22

PAINEL DE SENHAS E DEMAIS ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA 2019							
MESES	VIA WEB	E-MAILS	PRESENCIAL	TELEFONE	CONCILIAÇÕES	TOTAL	DIAS UTEIS
Janeiro	19	90	67	287	4	467	22
Fevereiro	25	117	49	220	1	412	20
Março	17	65	58	222	0	362	19
Abril	21	107	80	260	0	468	21
Maio	13	96	77	240	8	434	22

Junho	5	23	75	189	2	294	19
Julho	7	27	87	276	2	399	23
Agosto	6	32	72	255	1	366	21
Setembro	9	12	70	233	1	325	21
Outubro	19	56	71	236	2	384	23
Novembro	17	51	68	204	3	343	20
Dezembro	8	48	61	167	4	288	16
TOTAL	166	724	835	2.789	28	4.542	247

Tabela 23

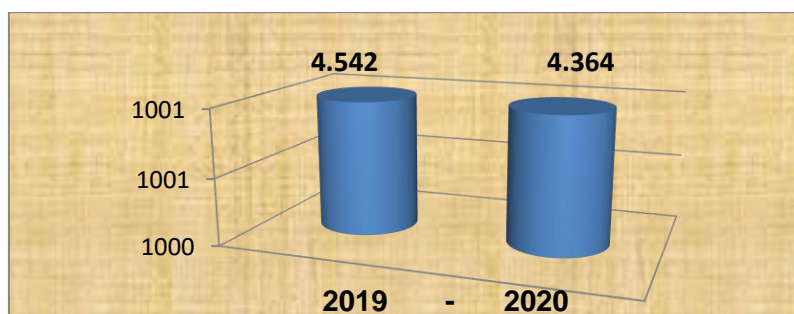


Figura 7

Comparando os indicadores contidos nos quadros e na Figura 2, verifica-se um decréscimo na ordem de 4,08% entre os anos considerados. Entretanto, apesar de ter sido o ano de 2020, um período atípico, foram contabilizados menos dias trabalhados porquanto em 2019 foram 247 (duzentos e quarenta e sete) dias úteis e em 2020 computaram-se 229 (duzentos e vinte e nove) dias úteis.

A tomar como parâmetro as informações aqui relatadas, é válido afirmar ter havido uma melhoria nos serviços prestados pelo CRECI/CE pois a diminuição de demandas na Ouvidoria significou que a opinião dos usuários, internos e externos, foi vista como positiva uma vez que acarretou redução de denúncias em relação à conduta ética e disciplinar de profissionais Corretores de Imóveis.

5.12. Gabinete da Presidência

Compreende a unidade administrativa que organiza a agenda do Presidente, presta-lhe assistência no recebimento e no encaminhamento de documentos, organiza as reuniões de diretoria, sessões plenárias e solenes para entrega de carteiras definitivas aos Corretores de Imóveis, a fornecer apoio administrativo e de cerimonial, oficializa o registro de atas, bem como redige correspondências do Presidente e da diretoria executiva.

Dentre as principais atribuições prestou assistência a 8 reuniões de diretoria, 5 sessões plenárias, 16 sessões solenes de entrega de credenciais, a 55 reuniões com público externo e ao atendimento a 72 Corretores que estiveram com o Presidente, havendo uma redução de produtividade nesses quesitos (*) em comparação ao exercício de 2019, haja vista a grave situação pandêmica por conta da COVID19.

Além disso, prestou assistência ao Presidente, Diretores Executivos, Conselheiros e ao Superintendente no que se refere a ações institucionais e administrativas, tais como agendamento de entrevistas, gravação de vídeos, matérias jornalísticas escritas, organização e elaboração de relatórios de viagens, atendimentos presenciais e telefônicos e outros assuntos correlatos.

Foram emitidas, ainda, 126 Portarias, 8 Atos Administrativos referentes à gestão da instituição, bem como a elaboração oficial de 13 atas correspondentes ao total de sessões plenárias e de diretoria realizadas.

5.13. Comissão Permanente de Licitação

É a unidade que organiza, controla e executa as ações necessárias para o atendimento de pedidos de compras de produtos, bens e serviços por via de processos licitatórios, ou compras diretas.

No exercício de 2020, as aquisições, prestação de serviços e contratações foram feitas com fornecedores que reuniram as condições necessárias para o cumprimento das demandas, a considerar aspectos relacionados à alternativa mais vantajosa para o Conselho. Tudo isso a ter como base a legislação que regula o processo de licitação, contratações diretas e os contratos públicos, isto é, Lei nº 8.666/1993, assim como o uso de pregão, instituído pela Lei nº 10.520/2002 e sua forma presencial, e pelo Decreto nº 3.555/2000.

Foram obedecidos os princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público, da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da igualdade da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação, da publicidade, da economicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

As atividades executadas incluíram cotações, mapas comparativos, termos de referências, análise do valor da dotação orçamentária, preparação de editais, paginação de processos, participação de certames licitatórios, publicações, esclarecimento a licitantes, ou interessados por informação, atendimento a fornecedores, emissão de certidão negativa, compra direta, ou contratação direta, negociação com fornecedores, análise de notas de empenho, emissão de pareceres,

alimentação de dados no portal da transparência e elaboração de contratos.

Em 2020, o CRECI aderiu à plataforma eletrônica para pregão, com a empresa Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, e em novembro foi efetivado o primeiro pregão eletrônico pela plataforma.

Ainda neste ano houve contratações relevantes, em especial com a RPB Serviços e Tecnologia da Informação Eireli, para a reformulação do sítio eletrônico, com layout mais moderno, limpo e simples de entender.

Os contratos efetuados pela Comissão, cujo montante foi de R\$ 634.281,50, estão relacionados na tabela a seguir.

Modalidade	Situação	Data do Contrato/ Aditivo	Favorecido	Objeto	Valor Total R\$
Pregão	Ativo	1º/6/2020	Hapvida assistência médica	Serviços continuados nas áreas de assistência médica, hospitalar.	113.204,52
Dispensa	Ativo	1º/4/2019	Samaroni da Silva Alves	Serviço de jardinagem e paisagismo.	4.680,00
Leilão	Ativo	21/5/2019	Eduardo Sydney Bezerra de Girão	Leiloeiro público oficial do Estado do Ceará	0,00
Dispensa	Ativo	23/5/2020	Telefônica Brasil S.A.	Telefonia móvel pessoal.	10.341,36
Dispensa	Ativo	27/6/2020	Vaucleide Pimentel do Nascimento	Locação de imóvel urbano.	21.000,00
Dispensa	Ativo	1º/7/2020	Pedro da Silva Oliveira	Serviço de jardinagem na sede do Cariri.	1.560,00
Inexigível	Ativo	18/7/2020	Francisco Alexandre Araújo Gomes	Técnico de consultoria e assessoria jurídica.	95.557,46
Dispensa	Ativo	19/7/2020	Fortel Fortaleza Telecomunicações Ltda epp	Serviço de telecomunicação relacionada ao acesso, armazenamento.	14.400,00
Dispensa	Ativo	1º/8/2020	Locktec Tecnologia em Segurança Integrada Ltda.	Rastreamento veicular e comodato de equipamento, para 11 veículos, 10 (dez) automóveis e	5.940,00

				01 (uma) moto.	
Dispensa	Ativo	13/9/2020	Instituto de Serviços Estágio Trabalho e Aprendizagem	Integração para preenchimento de vagas para estagiário.	50,00
Dispensa	Ativo	1º/10/2020	José Correia Melo Neto - me	Assistência técnica e segurança eletrônica gratuita por 12 (doze) meses.	1.600,00
Pregão	Ativo	08/3/2020	Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio s.a	Contratação de empresa especializada fornecimento de vale alimentação para os servidores do CRECI/CE.	261.360,00
Inexigível	Ativo	21/9/2020	Companhia de Comunicação e Informação	Aquisição de 1 assinatura anual do jornal O Povo	690,00
Pregão	Ativo	26/11/2020	Brasitur Eventos e Turismo	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens.	58.000,00
Dispensa	Ativo	1º/4/2020	Samaroni da Silva Alves	Prestação de serviços de jardinagem e manutenção para a sede de Sobral.	4.560,00
Dispensa	Ativo	1/2/2020	Cristiane Vieira Rodrigues	Prestação de serviços de Buffet.	17.390,00
Dispensa	Ativo	26/11/2020	Brisanet	Serviços de internet –sede de Sobral	1.678,80
Dispensa	Ativo	1º/4/2020	Liberty	Seguro de do CRECI.	12.984,02
Dispensa	Ativo	1º/4/2020	Porto Seguro	Seguro de tablets.	1.785,34
Dispensa	Ativo	1º/4/2020	Rede participar	Criação novo sítio eletrônico.	7.500,00
TOTAL					R\$ 634.281,50

Tabela 24

A seguir, tabela com o quantitativo de licitações em 2020.

Modalidade	Quantidade
Pregão eletrônico	2
Inexigibilidade	2
Dispensa de licitação	312

Tabela 25

ANEXO I -

Demonstrativo da Receita por Origem

Descrição	2020	2019
RECEITAS CORRENTES	6.214.171,56	6.108.214,94
CONTRIBUIÇÕES	2.707.802,12	3.139.403,38
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	684.643,20	867.775,46
FINANCEIRAS	45.996,87	70.625,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.730.500,02	1.888.522,29
TRANSFERÊNCIAS	14.848,98	83.697,71

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Nas páginas seguintes encontram-se os dados relativos à execução orçamentária, com as respectivas tabelas.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.380,37	58.190,94
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	68.300,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	68.300,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL:	6.214.171,56	6.176.514,94

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO II -

Previsão e Arrecadação por Natureza

Descrição	Prevista	Arrecadada	Realizado(%)
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	6.300.000,00	6.214.171,56	98,64
CONTRIBUIÇÕES	3.304.500,00	2.707.802,12	81,94
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	871.840,00	684.643,20	78,53
FINANCEIRAS	37.000,00	45.996,87	124,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.536.660,00	2.730.500,02	177,69
TRANSFERÊNCIAS	0,00	14.848,98	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	30.380,37	5,52
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	6.300.000,00	6.214.171,56	98,64

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO III -

Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2020	2019	2020	2019
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	198.398,50	452.909,26	198.398,50	452.909,26
a) Convite	0,00	67.119,55	0,00	67.119,55
b) Tomada de preços	36.294,00	159.853,31	36.294,00	159.853,31
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	162.104,50	225.936,40	162.104,50	225.936,40
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	944.545,47	811.400,48	942.090,18	808.751,45
h) Dispensa	855.281,44	802.799,28	853.566,15	800.150,25
i) Inexigível	89.264,03	8.601,20	88.524,03	8.601,20
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.644.787,56	2.763.690,66	2.515.966,25	2.629.740,07
k) Folha de Pagamento	2.463.169,56	2.612.525,54	2.334.348,25	2.478.574,95
l) Diárias	181.618,00	151.165,12	181.618,00	151.165,12
5. Outros	1.304.138,23	1.726.070,75	1.392.042,57	1.783.228,89
6. Total (1+2+3+4+5)	5.091.869,76	5.754.071,15	5.048.497,50	5.674.629,67

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO IV -

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL

Despesas Correntes						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
1. Despesa de Pessoal	3.159.500,0	3.102.520,0	2.610.919,5	2.728.289,4	2.563.207,1	2.676.078,0
REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.202.500,0	2.069.080,0	1.690.766,8	1.788.962,6	1.684.457,0	1.782.652,7
ENCARGOS PATRONAIS	569.000,00	571.840,00	547.238,68	570.001,47	505.836,06	524.099,96
BENEFÍCIOS A PESSOAL	234.000,00	272.000,00	225.164,00	253.561,46	225.164,00	253.561,46
Demais elementos do grupo	154.000,00	189.600,00	147.750,00	115.763,89	147.750,00	115.763,89
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	2.990.214,2	2.860.673,7	2.574.271,4	2.737.781,0	2.557.089,0	2.716.795,4
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS	1.383.524,5	1.290.611,4	1.087.803,6	1.196.058,0	1.070.621,2	1.175.072,3
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.200.000,0	1.220.000,0	1.148.180,5	1.215.443,6	1.148.180,5	1.215.443,6
DIÁRIAS	222.000,00	159.000,00	181.618,00	151.165,12	181.618,00	151.165,12
Demais elementos do grupo	184.689,72	191.062,29	156.669,20	175.114,29	156.669,20	175.114,29
Despesas de Capital						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
4. Investimentos	85.534,64	288.066,25	81.607,26	281.920,25	81.607,26	281.920,25
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	85.534,64	288.066,25	81.607,26	281.920,25	81.607,26	281.920,25
OBRAS, INSTALAÇÕES, PROJETOS E ESTUDOS - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO VIII -

Balanco Orçamentário

Descrição	Previsão Inicial	Previsão	Receita	Saldo	
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	6.300.000,00	6.300.000,00	6.214.171,56	85.828,44	
CONTRIBUIÇÕES	2.743.500,00	3.304.500,00	2.707.802,12	596.697,88	
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	871.840,00	871.840,00	684.643,20	187.196,80	
FINANCEIRAS	7.000,00	37.000,00	45.996,87	-8.996,87	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.127.660,00	1.536.660,00	2.730.500,02	-1.193.840,02	
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	14.848,98	-14.848,98	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	550.000,00	30.380,37	519.619,63	
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS:	6.300.000,00	6.300.000,00	6.214.171,56	85.828,44	
TOTAL GERAL:			6.214.171,56		
Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito
DESPESAS CORRENTES	5.816.850,00	5.791.850,00	5.535.704,18	5.185.191,02	256.145,82
PESSOAL E ENCARGOS	2.530.000,00	2.613.500,00	2.570.500,00	2.463.169,56	43.000,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	117.800,00	153.800,00	153.800,00	147.750,00	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.969.050,00	1.824.550,00	1.611.404,18	1.427.615,79	213.145,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.148.180,57	0,00
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	483.150,00	508.150,00	85.534,64	81.607,26	422.615,36
INVESTIMENTOS	376.150,00	401.150,00	85.534,64	81.607,26	315.615,36
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	107.000,00	107.000,00	0,00	0,00	107.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS:	6.300.000,00	6.300.000,00	5.621.238,82	5.268.323,18	678.761,18
SUPERÁVIT			592.932,74		
TOTAL GERAL:			6.214.171,56		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO IX -

Balço Patrimonial

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
ATIVO	10.242.518,96	12.296.923,65	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.273.993,85	12.296.923,65
ATIVO CIRCULANTE	2.675.739,31	1.704.763,16	PASSIVO CIRCULANTE	163.993,38	186.923,18
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.387.368,46	1.399.319,38	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	47.712,45	52.211,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.387.368,46	1.399.319,38	PESSOAL A PAGAR	6.309,83	6.309,83
CAIXA	0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	6.309,83	6.309,83
FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	41.402,62	45.901,51
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	41.402,62	45.901,51
BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	101.425,67	119.856,58
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.387.368,46	1.399.319,38	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	101.425,67	119.856,58
ADIANTAMENTOS DE SUPRIMENTO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	18.758,24	36.558,76
DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO VINCULADA	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	81.108,86	81.739,25
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	211.661,84	175.963,96	FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS	577,04	577,04
CRÉDITOS A RECEBER	211.661,84	175.963,96	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	981,53	981,53
CRÉDITOS DO EXERCÍCIO	211.661,84	175.963,96	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	14.855,26	14.855,26

CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	425,27	425,27
PARCELAMENTO DE DÉBITOS	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	425,27	425,27
COTA PARTE	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	14.429,99	14.429,99
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	40.306,22	39.306,22	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	14.429,99	14.429,99
CRÉDITOS EM APURAÇÃO	477,80	477,80	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
CRÉDITOS EM APURAÇÃO	477,80	477,80	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	33.563,69	33.563,69	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	33.563,69	33.563,69	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
SUPRIMENTOS DE FUNDOS A COMPROVAR	1.000,00	250,00	VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
SUPRIMENTOS DE FUNDOS A COMPROVAR	1.000,00	250,00	CAUÇÕES	0,00	0,00
OUTROS	5.014,73	5.014,73	CAUÇÕES	0,00	0,00
OUTROS	5.014,73	5.014,73	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
ESTOQUES	49.847,15	44.438,74	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	49.847,15	44.438,74	RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	49.847,15	44.438,74	RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	50.161,24	45.734,86	RECEITAS ANTECIPADAS	0,00	0,00
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	50.161,24	45.734,86			
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	50.161,24	45.734,86			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	7.566.779,65	10.592.160,49	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	86.647,64	86.647,64
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.880.001,00	8.567.227,68	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	86.647,64	86.647,64
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	5.880.001,00	8.567.227,68	DÍVIDA DE LONGO PRAZO	86.647,64	86.647,64
PARCELAMENTO DE DÉBITOS	0,00	0,00	DÍVIDA INTERNA	86.647,64	86.647,64
CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES NÃO EXECUTADOS	513.838,69	513.838,69	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00

DÍVIDA ATIVA	5.366.162,31	8.053.388,99	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.686.778,65	2.024.932,81			
IMOBILIZADO	1.686.778,65	2.024.932,81			
BENS MÓVEIS	2.106.481,94	2.024.874,68			
BENS IMÓVEIS	1.724.350,62	1.724.350,62			
DEPRECIÇÃO ACUMULADA (-)	-2.144.053,91	-1.724.292,49			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.023.352,83	12.023.352,83
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.023.352,83	12.023.352,83
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.023.352,83	12.023.352,83
			PATRIMÔNIO SOCIAL	12.023.352,83	12.023.352,83
			RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	12.023.352,83	12.023.352,83
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.220.064,97	6.220.064,97
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.171.465,30	7.171.465,30
				-1.368.177,44	-1.368.177,44

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO X -

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.562.642,76	27.016.415,51	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	5.594.582,85	20.796.350,54
CONTRIBUIÇÕES	2.743.500,00	25.826.682,79	PESSOAL E ENCARGOS	2.610.919,56	2.728.289,43
CONTRIBUIÇÕES	2.743.500,00	25.826.682,79	PESSOAL E ENCARGOS	2.610.919,56	2.728.289,43
CONTRIBUIÇÕES	2.743.500,00	25.826.682,79	PESSOAL E ENCARGOS	2.610.919,56	2.728.289,43
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	714.172,55	886.219,11	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00

EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	714.172,55	886.219,11	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	714.172,55	886.219,11	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
FINANCEIRAS	54.670,08	118.865,65	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.835.482,72	1.896.323,69
FINANCEIRAS	54.670,08	118.865,65	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.835.482,72	1.896.323,69
FINANCEIRAS	54.670,08	118.865,65	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.835.482,72	1.896.323,69
TRANSFERÊNCIAS	14.848,98	83.697,71	FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	14.848,98	83.697,71	FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	14.848,98	83.697,71	FINANCEIRAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	68.300,00	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	68.300,00	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	68.300,00	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	14.956.293,80
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	14.956.293,80
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	14.956.293,80
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.451,15	32.650,25	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.148.180,57	1.215.443,62
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.451,15	32.650,25	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.148.180,57	1.215.443,62
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.451,15	32.650,25	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.148.180,57	1.215.443,62
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
DEFICIT	-2.031.940,09		SUPERAVIT		6.220.064,97
TOTAL:	5.594.582,85		TOTAL:		27.016.415,51

ANEXO XI -

Balanco Financeiro

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	6.214.171,56	DESPESA ORÇAMENTARIA	5.266.798,28
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	6.214.171,56	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	5.185.191,02
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	81.607,26
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	5.608.574,83	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	5.631.504,63
PESSOAL A PAGAR	1.690.766,88	PESSOAL A PAGAR	1.690.766,88
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	556.715,66	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	561.214,55
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.142.735,17	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.161.166,08
CONTAS A PAGAR	70.176,55	CONTAS A PAGAR	70.176,55
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.148.180,57	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.148.180,57
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.399.319,38	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.387.368,46
TOTAL GERAL	13.222.065,77	TOTAL GERAL	13.222.065,77

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

ANEXO XII -

Fluxo de Caixa

Descrição	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	1.006.050,74	686.495,80
Ingressos	11.822.746,39	12.235.223,69
Receitas	6.214.171,56	6.108.214,94
Receitas de Contribuições	2.707.802,12	3.139.403,38
Exploração de Bens e Serviços	684.643,20	867.775,46
Financeiras	45.996,87	70.625,16
Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.760.880,39	1.946.713,23
Transferencias Correntes	14.848,98	83.697,71
Recebimentos Extra-Orçamentários	5.608.574,83	6.127.008,75
Desembolsos	10.816.695,65	11.548.727,89
Despesas	5.185.191,02	5.466.070,46
Pessoal e Encargos	2.463.169,56	2.612.525,54
Benefícios Assistenciais	147.750,00	115.763,89
Uso de Bens e Serviços	1.427.615,79	1.522.337,41
Financeiras	0,00	0,00
Transferencias Correntes	1.148.180,57	1.215.443,62
Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00
Pagamentos Extra-Orçamentários	5.631.504,63	6.082.657,43
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	1.006.050,74	686.495,80
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-81.607,26	-219.700,69
Ingressos	0,00	68.300,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	68.300,00
Alienações de Títulos e Ações	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00

Desembolsos	81.607,26	288.000,69
Aquisição de Ativo Não Circulante	81.607,26	288.000,69
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-81.607,26	-219.700,69
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	924.443,48	466.795,11
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.399.319,38	932.524,27
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.387.368,46	1.399.319,38

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada a Conselhos

05/01/2021		Banco do Brasil	
31/12/2020	+ TED-Repasse valor FUNDEB	100.442.954	260,60 C
31/12/2020	Cobrança	113.661.000.000.053	24.955,71 C
31/12/2020	Débito Serviço Cobrança	113.646.500.000.005	4.747,80 D
31/12/2020	Débito Serviço Cobrança	813.661.000.008.537	20,23 D
31/12/2020	Débito Serviço Cobrança	813.661.000.008.538	184,96 D
31/12/2020	+ Tar Pag Salár Créd Conta	873.660.800.003.006	6,80 D
31/12/2020	+ Tar Pag Salár Créd Conta	873.660.800.009.810	13,60 D
31/12/2020	+ Tar Pag Salár Créd Conta	873.660.800.022.639	129,20 D
31/12/2020	+ Tar Pag Salár Créd Conta	873.660.800.022.640	40,80 D
31/12/2020	BB RF CP Aut Empresa	5	20.072,92 D
31/12/2020	S A L D O		0,00 C

Transação efetuada com sucesso por: JC779940 ELIANETE PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato investimentos financeiros - mensal

G3310408510019121
04/01/2021 08:54:22

Cliente	
Agência	8-6
Conta	107115-7 C R C IMOV 15A REGIAO
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2020

BB Automático Empres - CNPJ: .071.477/0001-68

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2020	SALDO ANTERIOR	231.338,80			23.072,241623		
01/12/2020	APLICAÇÃO	14.996,71			1.495,665473	10,026780901	24.567,907096
02/12/2020	APLICAÇÃO	21.253,25			2.119,635761	10,026840642	26.687,542857
03/12/2020	APLICAÇÃO	12.065,82			1.203,346347	10,026888792	27.890,889204
04/12/2020	APLICAÇÃO	17.603,21			1.755,596497	10,026911097	29.646,485701
07/12/2020	APLICAÇÃO	4.542,45			453,023217	10,026969533	30.099,508918
08/12/2020	APLICAÇÃO	16.522,98			1.647,844184	10,027028134	31.747,353102
09/12/2020	APLICAÇÃO	17.627,31			1.757,967653	10,027095759	33.505,320755
10/12/2020	RESGATE	25.467,57			2.539,868814	10,027120244	30.965,451941
	Aplicação 29/10/2020	5.810,48			579,476738		
	Aplicação 03/11/2020	10.459,01			1.043,071942		
	Aplicação 04/11/2020	801,15			79,898438		
	Aplicação 05/11/2020	8.396,93			837,421696		
11/12/2020	APLICAÇÃO	2.428,87			242,229684	10,027136063	31.207,681625
14/12/2020	APLICAÇÃO	10.228,01			1.020,024733	10,027217640	32.227,706358
15/12/2020	APLICAÇÃO	8.038,90			801,705087	10,027253317	33.029,411445
16/12/2020	APLICAÇÃO	6.319,54			630,233867	10,027293561	33.659,645312
17/12/2020	APLICAÇÃO	16.005,79			1.596,218377	10,027318458	35.255,863689
18/12/2020	RESGATE	73.817,65			7.361,644921	10,027330956	27.894,218768
	Aplicação 05/11/2020	16.138,23			1.609,424449		
	Aplicação 09/11/2020	28.810,06			2.873,152951		
	Aplicação 11/11/2020	17.900,45			1.785,165484		
	Aplicação 12/11/2020	10.968,91			1.093,902037		
21/12/2020	APLICAÇÃO	13.965,20			1.392,706929	10,027378840	29.286,925697
22/12/2020	RESGATE	92.851,15			9.259,685533	10,027462560	20.027,240164
	Aplicação 12/11/2020	1.336,01			133,235246		
	Aplicação 13/11/2020	16.638,82			1.659,325204		
	Aplicação 17/11/2020	12.001,60			1.196,872915		
	Aplicação 18/11/2020	16.215,61			1.617,120092		
	Aplicação 19/11/2020	12.279,68			1.224,605199		
	Aplicação 23/11/2020	12.697,11			1.266,233986		
	Aplicação 25/11/2020	14.668,27			1.462,809719		
	Aplicação 26/11/2020	7.014,05			699,483172		
23/12/2020	APLICAÇÃO	22.105,55			2.204,488302	10,027519754	22.231,728466
24/12/2020	APLICAÇÃO	16.691,93			1.664,608935	10,027538389	23.896,337401
28/12/2020	APLICAÇÃO	22.557,97			2.249,591856	10,027583419	26.145,929257
29/12/2020	APLICAÇÃO	12.741,48			1.270,638924	10,027616625	27.416,568181
30/12/2020	APLICAÇÃO	32.919,24			3.282,840775	10,027668794	30.699,408956
31/12/2020	APLICAÇÃO	20.072,92			2.001,746909	10,027701256	32.701,155865
31/12/2020	SALDO ATUAL	327.917,42			32.701,155865		32.701,155865

Resumo do mês	
SALDO ANTERIOR	231.338,80
APLICAÇÕES (+)	288.687,13
RESGATES (-)	192.136,37
RENDIMENTO BRUTO (+)	27,86
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	27,86
SALDO ATUAL =	327.917,42

Valor da Cota	
30/11/2020	10,026715486
31/12/2020	10,027701256



Extrato investimentos financeiros - mensal

G3321212590127791
12/01/2021 13:24:39

Cliente
 Agência 8-6
 Conta 28502-1 CRECI CE CARTAO PAGAMENTO
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2020

S.Público Automático - CNPJ: 4.288.966/0001-27

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2020	SALDO ANTERIOR	18.238,97			4.909,301254		
31/12/2020	SALDO ATUAL	18.241,02			4.909,301254		4.909,301254

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	18.238,97
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	2,05
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	2,05
SALDO ATUAL =	18.241,02

Valor da Cota

30/11/2020	3,715185717
31/12/2020	3,715604271

Rentabilidade

No mês	0,0112
No ano	0,4933
Últimos 12 meses	0,4933

Transação efetuada com sucesso por: JC857778 ASAEL F COSTA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

JJ



Extrato poupança

G3320408111115301
04/01/2021 08:34:31

51 - POUPANÇA-OURO DIÁRIA

Agência / Conta 8-6 / 107115-7

Saldo: 1.950,94 C

Período 01/12/2020 a 31/12/2020

Variação POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)

Titularidade C R C IMOV 15A REGIAO

Dt. lançamento	Dt. base	Dia	Histórico	Ag. origem	Documento	Informações	Valor	Saldo
			Saldo anterior					1.928,68 C
01/12/2020	01/12/2020	1/12	615 PIX - Recebido	8-6	13.889.870	60746948 00002977272739 ANA CLAUDIA RO	20,00 C	
31/12/2020	04/01/2021	1/1	737 Juros	8-6			2,26 C	
Saldo atual							0,00 C	
Saldo bloqueado							0,00 D	
Saldo total							1.950,94 C	

Rendimentos: SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Transação efetuada com sucesso por: JC779940 ELIANETE PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato investimentos financeiros - mensal

G3320408111115301
04/01/2021 08:32:23

Cliente

Agência 8-6
Conta 48692-2 CONSELHO R C I I R CE
Mês/ano referência DEZEMBRO/2020

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJ: 7.214.377/0001-92

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saída cotas
30/11/2020	SALDO ANTERIOR	1.232.231,57			275.854,175208		
31/12/2020	SALDO ATUAL	1.233.710,54			275.854,175208		275.854,175208

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	1.232.231,57
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.478,97
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.478,97
SALDO ATUAL =	1.233.710,54

Valor da Cota

30/11/2020	4,466967248
31/12/2020	4,472328671

Rentabilidade

No mês	0,1200
No ano	2,2420
Últimos 12 meses	2,2420

Transação efetuada com sucesso por: JC779940 ELIANETE PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

CAIXA - Extrato de Fundos

https://sidmfextrato.caixa.gov.br/sidmfextrato/Controller/extrato...



Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência NAUTICO, CE	Código 1560	Operação 5411	Emissão 19/01/2021
--------------------------------	----------------	------------------	-----------------------

Fundo CAIXA FI MEGA REFERENCIADO DI	CNPJ do Fundo 10.322.633/0001-70	Início das Atividades do Fundo 28/01/2009
--	-------------------------------------	--

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2020	Cota em: 31/12/2020
0,4216	2,4624	2,4624	2,822600	2,834501

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome CRECI 15 REGIAO	CPF/CNPJ 09.420.282/0001-50	Conta Corrente 003.00000241-3	Mês/Ano 12/2020	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	795.060,53C	281.676,661004
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	3.352,24C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	798.412,77C	281.676,661004
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(* Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor)

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base	0,00	IRRF	0,00
-----------------	------	------	------

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

of 2

19/01/2021 10:21



Extrato por período

Cliente: CRECI 15 REGIAO

Conta: 1560 / 003 / 00000241-3

Data: 19/01/2021 - 10:35

Mês: Dezembro/2020

Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	5.246,59 C
10/12/2020	112020	DB CEST PJ	51,75 D	5.194,84 C

CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência NAUTICO, CE	Código 1560	Operação 5901	Emissão 19/01/2021
Fundo CAIXA FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L	CNPJ do Fundo 16.916.063/0001-22	Início das Atividades do Fundo 27/03/2013	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2020	Cota em: 31/12/2020
0,2351	2,1207	2,1207	1,877851	1,882265

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome CRECI 15 REGIAO	CPF/CNPJ 09.420.282/0001-50	Conta Corrente 003.00000241-3	Mês/Ano 12/2020	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	1.936,38C	1.031,166655
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	4,55C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	1.940,93C	1.031,166655
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base

IRRF

0,00

0,00

Informações ao Cotista

Acesse o site da CAIXA e conheça os E-FUNDOS : os fundos da CAIXA com movimentações exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA e com taxas de administração inferiores às praticadas pelo mercado. Com os E-FUNDOS CAIXA você tem excelentes opções de investimento ao alcance de suas mãos, de acordo com seu perfil. Um jeito prático de investir, da comodidade da sua casa!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista